



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

RELATÓRIO DE
GESTÃO
2 0 0 8



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento





ESTE RELATÓRIO DE GESTÃO, relativo ao exercício de 2008, obedece às determinações expressas no art.3º da Instrução Normativa TCU nº57, de 27 de agosto de 2008, e Decisões Normativas Nºs. 93/2008 e 94/2008, ambas de dezembro 2008 e do Tribunal de Contas da União - TCU. O presente documento retrata a PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS.

1- IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo da Unidade e Sigla

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS

CNPJ: 17.504.325/0001-04

Natureza Jurídica:

Sociedade de Economia Mista – Estatal Federal

Vinculação Ministerial

Vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Endereço Completo da Sede

BR0 40 KM 688, Bairro Guanabara, Contagem CEP: 32145-900 MG. Tel. (31) 3399 – 2122 Fax: (31) 3394 – 2709

Endereço da Página Institucional na Internet

WWW.ceasaminas.com.br

Situação da Unidade Quanto ao Funcionamento: Em funcionamento

Função de Governo Predominante: Administração



Norma(s) de Criação de Finalidade da Unidade Jurisdicionada

CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, S/A criada através da Lei Estadual MG Nº 5.577/1970 e originariamente por escritura pública, lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Belo Horizonte , Livro nº585-E, folhas 1 a 12v, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em 10 de maio de 1971, sob o nº 256.009. Integrante do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento inaugurada em 28 de fevereiro de 1974. Constitui-se numa empresa estatal federal, de economia mista

Código e Nome da Unidade Gestora (UG) e Gestões Utilizadas no SIAFI: Não se aplica

2 – Objetivos e Metas

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS tem como compromisso estatutário os seguintes objetivos, dentre entre outros:

- ❖ Executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- ❖ Implantar e instalar, no Estado de Minas Gerais, Centrais de Abastecimento Regionais e Mercados, destinados a orientar e disciplinar a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, operando como centros polarizadores de abastecimento e incentivadores da produção agrícola;
- ❖ Administrar, sem fins lucrativos, em parceria com entidades públicas da União, dos Estados e Municípios, mediante convênio, os programas de responsabilidade social
- ❖ Executar a política e o controle de Abastecimento no Estado de Minas Gerais, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento – MAPA, nos termos da legislação vigente.



2.1 Responsabilidade Institucional

A CEASAMINAS, uma Empresa de Economia Mista do governo Federal tem como responsabilidade estatutária, entre outras, executar e controlar a política de abastecimento alimentar no Estado de Minas Gerais, através da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas destinados a comercialização.

2.2 Estratégia de Atuação da Unidade na execução das políticas públicas.

- Implementação de normas e padrões de comercialização, bem como de produção de estatísticas e informações que contribuem efetivamente para o controle e o planejamento da oferta alimentar.
- Políticas públicas voltadas para a difusão de padrões de segurança alimentar baseadas em boas práticas, adoção de padrões sanitários adequados, modernização das praticas de embalagens e manuseio, a promoção da qualidade comercial.
- Estímulo a práticas e técnicas de aproveitamento integral de alimentos e o benefício para comunidades carentes e instituições de caráter assistencial.
- Estímulo a modernização da produção, pós colheita e comercialização de hortifrutículas, a elevação do padrão comercial destes os produtos;
- Indução de padrões de comportamento no setor e no mercado nacional de abastecimento alimentar

Visando a consolidação de todo seu complexo atacadista, a Diretoria da empresa, baseada em seu planejamento estratégico, identificou e priorizou os programas e projetos que, alicerçados na respectiva base orçamentária do exercício em tela, deveriam proporcionar a melhoria substancial na infra-estrutura logística e nos serviços de apoio disponibilizados ao conjunto de usuários de seus Entrepósitos Atacadistas.

Os objetivos específicos priorizados, foram os seguintes:



- ◆ Melhoria da estrutura física, Ambiental e dos serviços de apoio aos mercados Atacadistas;
- ◆ Aprimoramento da modernização do parque tecnológico ;
- ◆ Adequação e Modernização dos bens patrimoniais;
- ◆ Obras de Apoio nas áreas que interferem no processo de comercialização;
- ◆ Obras de Apoio às Políticas Públicas;
- ◆ Busca do aperfeiçoamento dos processos;

2.3 - Programa

2.3.1 - PROGRAMA 0807 – INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

TIPO DE PROGRAMA (1)	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Executar e Controlar a Política de Abastecimento Alimentar no Estado de Minas Gerais, através da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas.
OBJETIVO ESPECÍFICO	Controlar a Política de Abastecimento Alimentar no Estado de Minas Gerais
GERENTE DO PROGRAMA (2)	João Alberto Paixão Lages
GERENTE EXECUTIVO (2)	João Alberto Paixão Lages Márcio Luiz da Silva Cunha Maria Teresa Lara
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	João Alberto Paixão Lages
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA (2)	Para avaliação do resultado alcançado no programa a empresa adota o critério de ponderação da pontuação alcançada pelas ações. É dividido o valor realizado de cada ação pelo valor programado da mesma e ponderado pela sua representatividade na programação global.
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Consumidores e produtores de hortigranjeiros e produtos alimentícios no geral.

Fonte: Depla

2.3.2- Principais Ações do Programa:

2.3.2.1 - Manutenção, Adequação e Expansão da infra-estrutura operacional (20.605.0807-4105.0031)

Tipo	Ação Orçamentária	
Finalidade	Melhoria da Infra-estrutura e de Serviços de apoio a Comercialização	
Descrição: Desmembramento da ação e Valor das despesas vinculadas á ação (R\$)		
Unidade de Contagem	- Reconstrução Pavilhão 6	140.109
	- Infraestrutura do MLP	368.302
	Construção do Almojarifado	45.389
	Expansão do Restaurante da Administração	29.925
	Banheiro Público (No Posto da Balança)	5.633
Unidade do Interior	Implantação da Área de Espera – GERJF	5.400
	Reestruturação do MLP – GERUB	1.010
	Reestruturação do MLP - GERJF	7.986
Unidade Responsável pela decisões estratégicas	Não se aplica	
Coordenador nacional da ação	Não se aplica	
Unidades executoras	Não se aplica	
Área(dentro da UJ) resp. por gerenciamento da ação	DEMFA – Departamento de Infra-Estrutura	
Competência instit. requeridas para a execução da ação	Não se aplica	

Fonte: DEPLA



OBS: O Valor total da ação executada foi de R\$603.754.,00(seiscentos e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).

CEASAMINAS – PROGRAMS/PROJETOS/2008

CEASAMINAS - PROGRAMAS / PROJETOS 2008				
ITENS	DESCRIÇÃO	VALORES PROPOSTOS (R\$) DEC.6646 DE 18/11/08	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	BENEFICIÁRIOS
1	MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	6.589.000		
1.1	UNIDADE DE CONTAGEM	5.522.000		
1.2	RECONSTRUÇÃO PAVILHÃO 6 -	3.700.000	RECONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESTRUÍDO POR INCÊNDIO EM 2006	PÚBLICO USUÁRIO E ACIONISTAS -
1.3	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO V ou X (PROJETO)	60.000	PROJETO PARA CONTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO NO ENTREPOSTO DE CONTAGEM	PÚBLICO USUÁRIO(AUMENTO DA OFERTA DE PRODUTO)E ACIONISTAS(AUMENTO DA RECEITA)
1.4	SEGUNDO PAVIMENTO DO BALIM (PARTE)	200.000	AUMENTO DE ATENDIMENTO DO BANCO DE ALIMENTOS	MELHORIA DE ANTEDIMENTO A COMUNIDADE CARENTE DA GRANDE BELO HORIZONTE
1.5	INFRAESTRUTURA DO MLP	774.000	MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA DO MERCADO LIVRE DO PRODUTOR	PRODUTORES QUE UTILIZAM O MERCADO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE SEU PRODUTOS
1.6	CENTRAL DE SEGURANÇA : 11m x 16m	516.000	AUMENTAR A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DO ENTEPOSTO DE CONTAGEM	USUÁRIO DO ENTREPOSTO DE CONTAGEM E COMUNIDADE DO ENTORNO
1.7	BARRACÃO DO PRODUTOR (PROJETO)	22.000	PROJETO VISANDO A CONTRUÇÃO DE BARRACÕES DO PRODUTOR NO INTERIOR DO ESTADO	FIXAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS EM SUA PRÓPRIA REGIÃO
1.8	BARRACÃO DO PRODUTOR (CONSTRUÇÃO)	250.000	CONTRUÇÃO DE BARRACÕES DO PRODUTOR NO INTERIOR DO ESTADO	FIXAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS EM SUA PRÓPRIA REGIÃO
1.9	UNIDADES DO INTERIOR	1.067.000		
1.10	PLATAFORMA DE VENDAS SOBRE CAMINHÃO - GERUB	250.000	CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA PARA FACILITAR A VENDA SOBRE CAMINHÃO	USUÁRIOS DO ENTREPOSTO DE UBERLÂNDIA
1.11	CONSTRUÇÃO DO BALIM /GERUB	385.000	CONSTRUÇÃO DO BANCO DE ALIMENTO EM UBERLÂNDIA	ATENDIMENTO AO PÚBLICO CARENTE DA REGIÃO DE UBLRÂNDIA
1.12	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO - PROJETO-GERUB	57.000	PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO EM UBERLÂNDIA	ACIONISTA E USUÁRIO DA EMPRESA - VISANDO MELHORIA DE RENDA E MELHOR ANTEDIMENTO
1.13	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO - PROJETO – GERJF	30.000	PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO EM UBERLÂNDIA	ACIONISTA E USUÁRIO DA EMPRESA - VISANDO MELHORIA DE RENDA E MELHOR ANTEDIMENTO

1.14	INPLANTAÇÃO DA ÁREA DE ESPERA – GERJF	150.000	CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO DE CARGA- JUIZ DE FORA	MAIOR SEGURANÇA AOS CAMINHONEIROS QUE SE DIRIGEM AO MERCADO PARA DESCARGA
1.15	BANHEIRO PÚBLICO / GERJF	45.000	CONSTRUÇÃO DE UM BANHEIRO PÚBLICO EM JUIZ DE FORA	CONFORTO AOS USUÁRIOS DO ENTREPOSTO DE JUIZ DE FORA
1.16	PLATAFORMA DE VENDA SOBRE CAMINHÃO - GERCA	150.000	CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA PARA FACILITAR A VENDA SOBRE CAMINHÃO	USUÁRIOS DO ENTREPOSTO DE CARATINGA

2.3.2.2- Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (20.605.0807.4103.0031)


Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhoria dos Serviços de Apoio à Comercialização; Comunicação; Transmissão de Dados; Segurança e agilidade nas informações
Descrição: Desmembramento da ação e Valor das despesas vinculadas á ação R\$)	
Des. E Adequação de Softwares, Manut. e Treinamento Equip. Diversos	16.158
Aparelhos de Telec. e de Informática do Estado de Minas Gerais	2.696
Unidade Responsável pela decisões estratégicas	Não se aplica
Coordenador nacional da ação	Não se aplica
Unidades executoras	Não se aplica
Area(dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento da ação	DETIN – Departamento de Tecnologia da Informação
Competência institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Fonte: DEPLA



OBS: O Valor total da ação executada foi de R\$18.854,00(dezoito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais.

	CEASAMINAS – PROGRAMS/PROJETOS/2008			
--	-------------------------------------	--	--	--

 CEASAMINAS - PROGRAMAS / PROJETOS 2008				
ITENS	DESCRIÇÃO	VALORES PROPOSTOS (R\$) DEC.6646 DE 18/11/08	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	BENEFICIÁRIOS
2	MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO 20.605.0807.4103.0031	100.000		
2.1	DES.E ADEQUAÇÃO DE SOFTWARES,MANUTENÇÃO E TREINAMENTOS E EQUIP.DIVERSOS	50.000	MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA E DE SERVIÇOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS	USUÁRIOS DO ENTREPOSTO E ADMINISTRAÇÃO DOS ENTREPOSTOS DA CEASAMINAS.
2.1.1	INTEGRAÇÃO DE REDES E TRANSMISSÃO DE DADOS (FIBRA ÓTICA)		EM DECORRÊNCIA DA MAIOR FACILIDADE NA COMUNICAÇÃO ENTRE OS USUÁRIOS	
2.2	Aparelhos de Telecomunicação e de Informática do Estado de Minas Geais	25.000		
2.3	PROJETO DE FIBRA ÓTICA P/ INTEGRAÇÃO DA REDE		MELHORIA DA COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DE DADOS ENTRE MERCADO DE PRODUTORES E	
2.3.1	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE SISTEMAS	25.000	ADMINISTRAÇÃO.	MAIOR EFICIÊNCIA NA COLETA DE DADOS

2.3.2.3 – Manutenção adequação e aquisição dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos (20.605.0807.41020031)

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhoria dos Serviços de Apoio aos usuários, das condições orgânica dos escritórios
Descrição: Desmembramento da ação e Valor das despesas vinculadas á ação (R\$)	
Aquisição de Mobiliário e Assessórios (Reforma Inst. Adm. Unid. Contagem)	37.309
Bens Patrimoniais do Estado de Minas Gerais	87.388
Equipamentos , Máquinas e Veículos	79.958
Unidade Responsável pela decisões estratégicas	Não se aplica
Coordenador nacional da ação	Não se aplica
Unidades executoras	Não se aplica
Área(dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento da ação	Departamento Administrativo
Competência institucionais requeridas para a execução da ação	Não se aplica

Fonte: DEPLA

OBS: O Valor total da ação executada foi de R\$204.655,00(duzentos e quatro mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais).



CEASAMINAS – PROGRAMAS/PROJETOS/2008

CEASAMINAS - PROGRAMAS / PROJETOS 2008				
ITENS	DESCRIÇÃO	VALORES PROPOSTOS (R\$) DEC.6646 DE 18/11/08	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	BENEFICIÁRIOS
3	MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DOS BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 20.605.0807.4102.0031	100.000		
3.1	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ASSESSÓRIOS (REFORMA INST.ADM - UNID.CONTAGEM)		MELHORIA DAS CNDIÇÕES AMBIENTAIS E ORGÂNICA DOS ESCRITÓRIOS	EMPREGADO DO ESCRITÓRIO DE CONTAGEM
3.2	BNS PATRIMONIASI DO ESTADO DE MINAS GERAIS.			
3.3	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS	100.000	MELHORIAS DOS SERVIÇOS DE APOIO AOS USUÁRIOS	PRODUTOS E COMERCIANTES DO USUÁRIOS DOS ENTREPOSTOS

Fonte: Depla - Departamento de Planejamento

Não houve parcerias, transferências com destaque para os principais resultados alcançados. Os recursos destinados a realização das Ações do Programa são próprios uma vez que a CEASAMINAS possui auto-suficiência financeira.



2.4 – Desempenho Operacional

A CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, adota, historicamente, os seguintes indicadores para avaliação da sua gestão:

- Indicadores Técnico-Operacionais
- Indicadores Financeiros
- Indicadores Orçamentários

Para uma melhor análise do desempenho operacional apresentamos a seguir um breve relato sobre as perspectivas do setor agrícola brasileiro em 2009 relacionando os indicadores de desempenho do ano de 2008.

Perspectivas para o setor agrícola brasileiro em 2009

A disseminação dos efeitos causados pela crise econômica que já assola boa parte do planeta trouxe consigo algumas seqüelas que trarão impactos diretos sob a agricultura brasileira em 2009.

Segundo dados preliminares tanto da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento e do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a área destinada ao plantio, praticamente se manterá inalterada, quando se comparada àquela medida em 2008, porém, a produção de grãos em 2009 deverá somar 137,3 milhões de toneladas, com recuo de 5,9% ante a safra anterior (145,8 milhões de toneladas). Segundo a terceira projeção para a produção deste ano divulgada hoje pelo IBGE.

Esta conjuntura terá dois principais causadores:

- O crédito fornecido ao agricultor ficará mais restrito, em função da escassez de dinheiro no mercado, e ainda assim, os juros utilizados pelos bancos tendem a ser mais elevados, em função do nível de incerteza por que passa a economia global;



- Os principais insumos utilizados na agricultura têm seu valor atrelado ao dólar, visto que, boa parte deles, depende da matéria-prima proveniente de outros países, isto posto, o agricultor deverá reduzir o volume de utilizações, gerando assim queda tanto na quantidade quanto na qualidade produzida.
- De modo geral, as commodities internacionais, deverão sofrer desvalorização perante a situação de instabilidade econômica global, com isso, produtos como soja, café e milho, que tem grande peso na pauta de exportação brasileira, terão seus valores médios reduzidos.
- As condições naturais que comprometeram as lavouras de soja, milho e feijão no sul do país (seca no Rio Grande do Sul e enchentes em Santa Catarina) também exercerão alguma pressão, fazendo com que a propensão a aumentos nas áreas cultivadas tenda a se arrefecer no próximo ano.

**COMPORTAMENTO DO VOLUME COMERCIALIZADO NOS ENTREPOSTOS
ATACADISTAS DA CEASAMINAS Em 1000 TON.**

Unidades Atacadistas	2007	2008	Variação%
Grande BH	2.415,9	2.388,7	-1,1
Uberlândia	192,2	192,3	0,1
Juiz de Fora	76,8	76,0	-1,0
Gov. Valadares	37,4	32,5	-13,1
Caratinga	30,1	33,3	10,6
Barbacena	18,5	18,5	0,0
Total	2.77,9	2.741,3	-1,1

Fonte: Depla

Os entrepostos de Uberlândia e Juiz de Fora demonstraram trajetória grande tendência de estagnação, ocorrendo assim variações desprezíveis em seus movimentos.

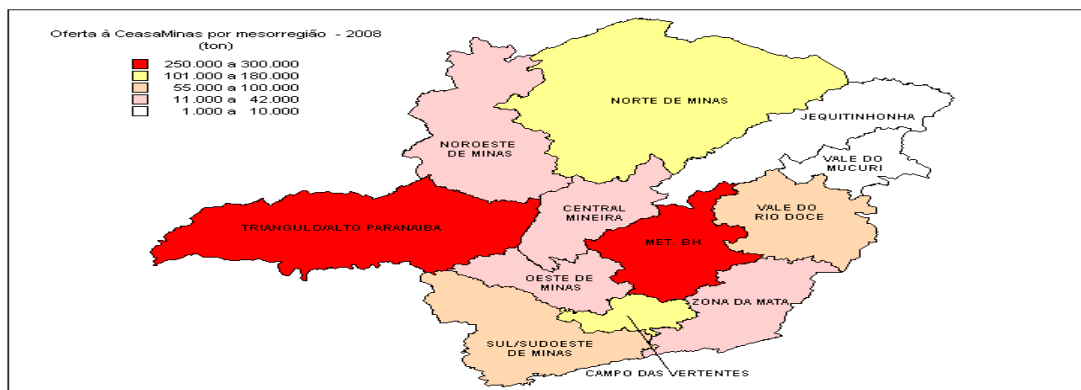
De modo geral, a participação de comerciantes mineiros, no setor de hortigranjeiros se deu de forma bastante pujante na estatal, para tanto basta ressaltar que das 1.755 mil toneladas negociadas em todas as unidades, aproximadamente 1.022 mil toneladas foram provenientes do Estado, gerando assim uma participação de 58% neste segmento.

O subgrupo das Folhas, Flor e Haste foi aquele em que este percentual se mostrou mais elevado, atingindo patamares extremamente representativos (92%). Esta característica está diretamente relacionada às próprias características destes produtos, que contam com um grau de perecibilidade elevado, exigindo assim pequenos trajetos entre a região produtora e o mercado.

Por outro lado, o segmento destinado às frutas seguiu tendência diametralmente oposta, refletindo assim o desequilíbrio existente entre a demanda e a oferta interna deste item. Para se ter idéia, somente 33% de toda fruta negociada em um dos entrepostos da CeasaMinas, tiveram como procedência pomares localizados no Estado de Minas Gerais.

Por esta mesma trajetória passou o nicho de mercado destinado à comercialização de aves e ovos, visto que 70% do produto que compõe este segmento foi proveniente de fornecedores localizados aquém das fronteiras mineiras.

**Participação (%) das mesorregiões mineiras, na oferta de hortigranjeiros na
CEASAMINAS – 2008**



Fonte: SEEST/DETEC - CeasaMinas



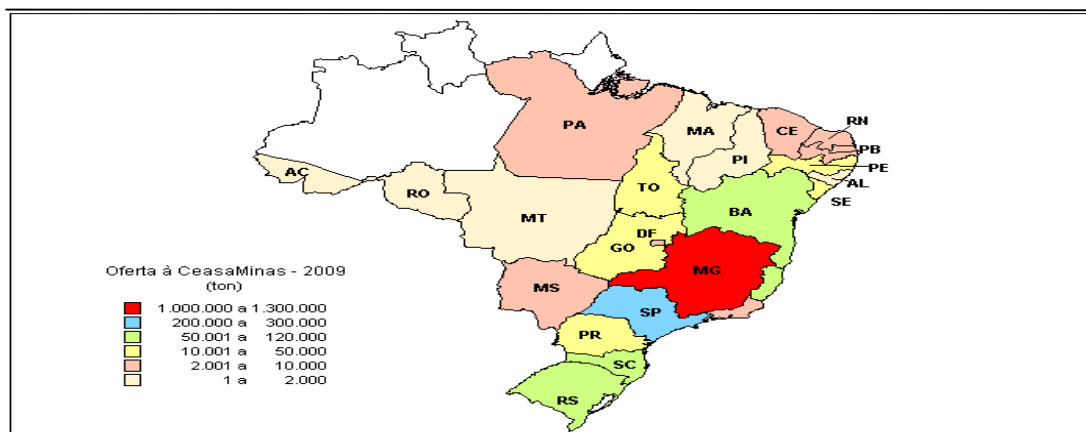
O somatório da participação das mesorregiões mineiras: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Metropolitana de BH, Campo das Vertentes e Norte de Minas totalizou algo em torno de 65% de toda a movimentação observada nos entrepostos da CeasaMinas.

O Triângulo Mineiro/alto Paranaíba tem a batata e grãos como seus principais produtos de entrada na estatal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Uberaba é o maior produtor mineiro de grãos.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, por apresentar grande proximidade ao grande mercado consumidor do Estado, tem em produtos com maior grau de perecibilidade suas principais ofertas, dos quais se destacam as hortaliças folhas e frutos. A batata, cenoura e repolho conferiram destaque na mesorregião Campo das Vertentes, no que tange sua participação na oferta desta Central de Abastecimento.

As condições climáticas e meteorológicas observadas no Norte de Minas conferiram a esta mesorregião grande destaque no fornecimento de frutas, sobretudo às bananas prata e nanica, mamão formosa e o limão Tahiti.

Procedência, por estados, dos hortigranjeiros e cereais ofertados na Ceasaminas – 2007



Fonte: SEEST/DETEC - CeasaMinas



Segundo dados do Departamento Técnico da Ceasaminas, apenas os estados do Amazonas, Roraima e Amapá não tiveram algum tipo de participação na oferta de produtos em alguma unidade da CeasaMinas, ou seja, a importância desta Central de Abastecimento pode ser avaliada pela participação de negociantes de quase todo o território nacional. O papel estratégico que a empresa desempenha no sistema agro- alimentar e, em especial, nas cadeias produtivas de frutas, legumes e verduras, decorre do modelo de abastecimento atacadista no Brasil, baseado na regulação pública, que atribui às Centrais de Abastecimento como a Ceasaminas, funções normativas e regulatórias na implementação de normas e padrões de comercialização, bem como a produção de estatísticas e informações que contribuem efetivamente para a regulação da oferta alimentar, atenuando as variações sazonais, proporcionando oferta de gêneros alimentícios adequada às necessidades nacionais em termos de quantidade, preço e qualidade.

Dentro deste ambiente institucional, o setor de produtos hortigranjeiros se destaca como importante segmento para manutenção das atividades da estatal. Ficou evidente uma pequena tendência de alta (2%) nos volumes negociados neste segmento. Esta condição se deu principalmente a partir de condições naturais razoavelmente favoráveis em alguns meses do ano, bem como ao aumento no poder de compra do consumidor, o que resulta na maior pré-disposição ao consumo e, conseqüentemente, à demanda.

COMPORTAMENTO DA OFERTA NAS UNIDADES DA CEASAMINAS POR SETORES DE PRODUTOS

EM 1000 TON.

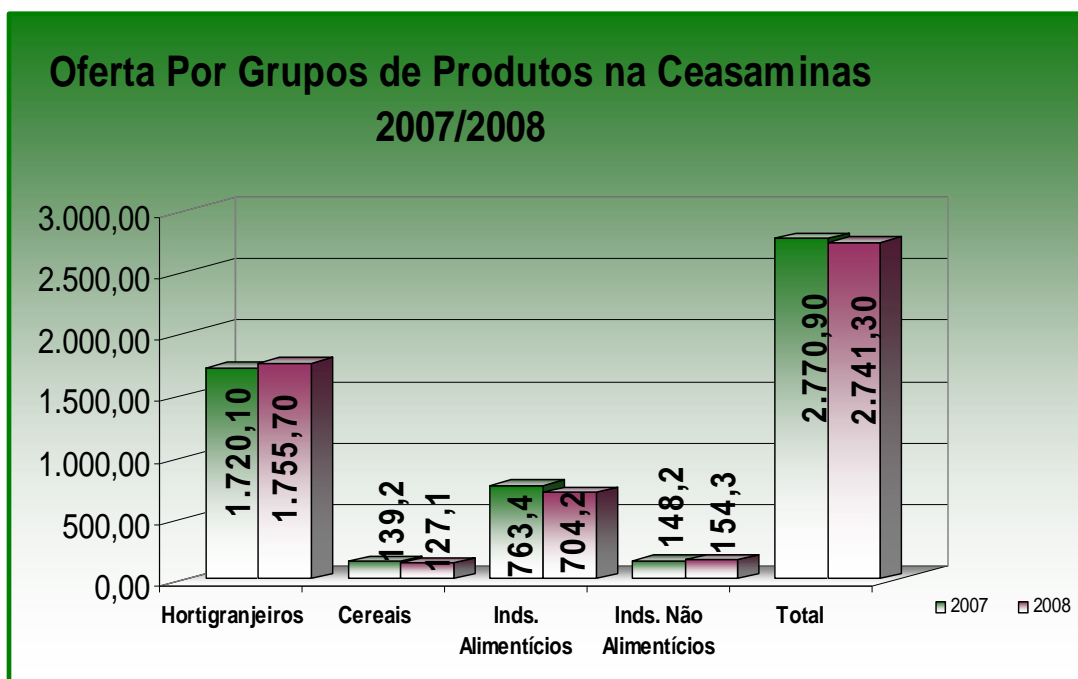
Setores	2007	2008	Variação%
Hortigranjeiros	1.720,10	1.755,70	2,1
Cereais	139,20	127,10	-8,7
Inds. Alimentícios	763,40	704,20	-7,8
Inds. Não Alimentícios	148,20	154,30	4,1
TOTAL	2.770,90	2.741,3	-1,1

FONTE: DETEC



O nicho mercadológico destinado ao comércio de cereais passou por fenômenos totalmente oposto. Para tanto basta ressaltar que as 127,1 mil toneladas vendidas no corrente ano, contrastaram com as 139,2 mil toneladas negociadas no ano anterior, o que gerou um recuo na casa de 9%. O prolongado período de seca por que passaram diversas regiões produtoras (inclusive algumas localizadas fora das fronteiras mineiras), aliadas à diminuição da área de plantio de alguns importantes produtos como soja e milho (em muitas oportunidades perderam espaço para o cultivo da cana-de-açúcar em função do aquecimento no mercado interno do álcool e do externo, principalmente, do açúcar).

O segmento destinado aos produtos industrializados detém especial importância nas atividades da CEASAMINAS, nesse sentido, a retração observada no setor de alimentícios (7,8%) deve ser analisada com bastante critério, vista que atualmente, o entreposto Grande BH é caracterizado por apresentar a maior diversidade de itens entre todos os entrepostos do país. Assim o impacto oriundo de um revés como este pode assumir proporções bastante fortes.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CeasaMinas



**PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS REGISTRADOS NO COMPLEXO
ATACADISTA DA CEASAMINAS
EM R\$/KG**

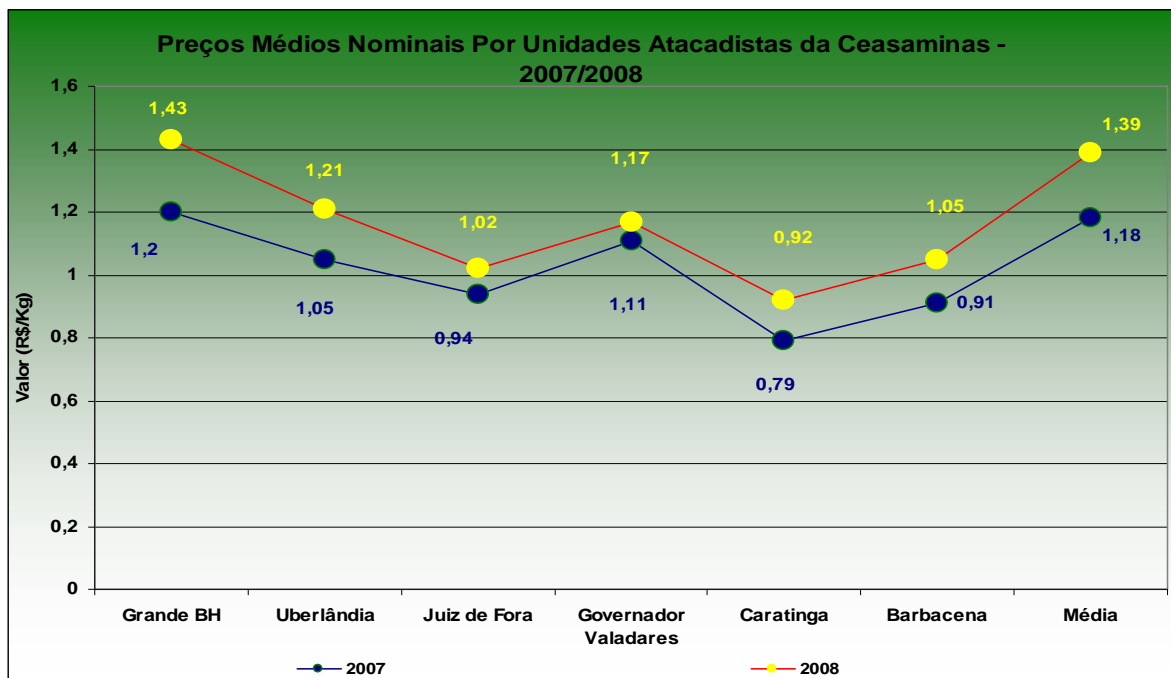
Unidades Atacadistas	2007	2008	Variação%
Grande BH	1,20	1,43	18,7
Uberlândia	1,05	1,21	15,4
Juiz de Fora	0,94	1,02	8,2
Gov. Valadares	1,11	1,17	5,4
Caratinga	0,79	0,92	16,5
Barbacena	0,91	1,05	15,4
Total	1,18	1,39	17,7

Fonte: DETEC

As condições de instabilidade vividas pela economia mundial no decorrer do ano, sobretudo no segundo semestre, se refletiram diretamente nos indicadores econômicos da CEASAMINAS. O ano de 2008 se caracterizou pelo rompimento de uma tendência de estagnação no indicador que exprime o valor médio nominal praticado na empresa, para tanto basta ressaltar que, de modo geral, os valores praticados em 2008 estiveram aproximadamente 18% acima daquele mesmo número registrado no ano anterior. O desempenho do entreposto Grande BH da CEASAMINAS exerceu papel importante neste cenário, em função de sua grande representatividade nas atividades da empresa. Os resultados mais discretos dos mercados de Juiz de Fora e Governador Valadares serviram para atenuar esta conjuntura ascendente. O entreposto de Uberlândia, segundo maior do Estado, também demonstrou tendência semelhante àquela registrada no mercado da Grande BH. Este fenômeno é reflexo da característica intrínseca daquele mercado,



em função do grande volume de produtos industrializados negociados, o que traz consigo algumas variáveis exógenas ao processo de formação de preços.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CeasaMinas

Se o preço médio nominal geral praticado na CEASAMINAS, no decorrer do ano de 2008 sofreu um considerável incremento, situação semelhante pode ser notada com relação aos setores. Inicialmente há que se destacar a valorização de 10,8% dos hortigranjeiros. Esta oscilação está diretamente relacionada às grandes oscilações nas condições naturais, ocorridas em praticamente todos os meses, o que gerou em muitas oportunidades momentos de excedente no mercado, seguido por outros de escassez. O produto hortigranjeiro é por natureza bastante perecível, e com armazenamento inviável na maioria dos casos. Os cereais, por sua vez sofreram pressões de duas forças consideradas antagônicas: o crescimento na demanda internacional por produtos como o milho fez com que boa parte da produção mineira fosse destinada ao mercado externo.



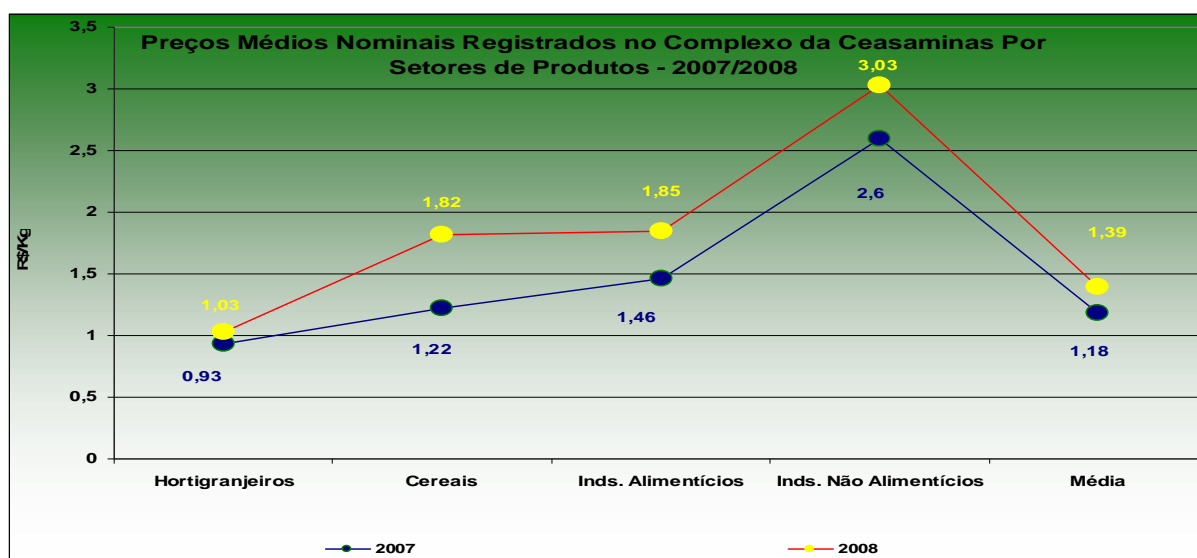
As condições naturais adversas também influenciaram bastante o resultado das lavouras. Produtos como o próprio milho, o feijão e o trigo sofreram grande valorização, sobretudo no primeiro trimestre do ano. No caso do feijão, o maior causador de sua escassez no mercado, foi sem dúvida a irregularidade nas precipitações ocorridas nas principais áreas produtoras mineiras, principalmente aquelas localizadas na região noroeste de Minas. A situação do trigo foi agravada a partir de uma crise ocorrida na Argentina, que resultou numa série de restrições às exportações daquele país, inclusive tais operações ficaram proibidas por um determinado período, já no final do ano.

**PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS REGISTRADOS NO COMPLEXO DA
CEASAMINAS
POR SETORES DE PRODUTOS EM R\$/kg**

Setores	2007	2008	Variação%
Hortigranjeiros	0,93	1,03	10,4
Cereais	1,22	1,82	48,9
Inds. Alimentícios	1,46	1,85	26,9
Inds. Não Alimentícios	2,60	3,03	16,8
TOTAL	1,18	1,39	17,7

Fonte: DETEC

O setor de industrializados alimentícios e não alimentícios passaram por grandes valorizações (27% e 17% respectivamente). Estes itens trazem consigo uma grande quantidade de variáveis que interagem entre si, na formação de seus preços médios. A desvalorização da moeda brasileira perante o Dólar certamente refletiu de forma direta neste indicador.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

Em 2008 foram movimentados aproximadamente 3,8 bilhões de Reais nas unidades atacadistas da CEASAMINAS. Desse montante, quase 90% teve como origem negociações efetuadas no entreposto Grande BH. A interação entre uma forte tendência de estagnação nos volumes comercializados, juntamente com uma incrível valorização média do produto negociado na estatal, gerou um acréscimo de quase 17% nos valores transacionados na Ceasaminas, em 2008.

COMPORTAMENTO DO VALOR DA COMERCIALIZAÇÃO NOS ENTREPOSTOS ATACADISTAS DA CEASAMINAS - Em milhões de Reais

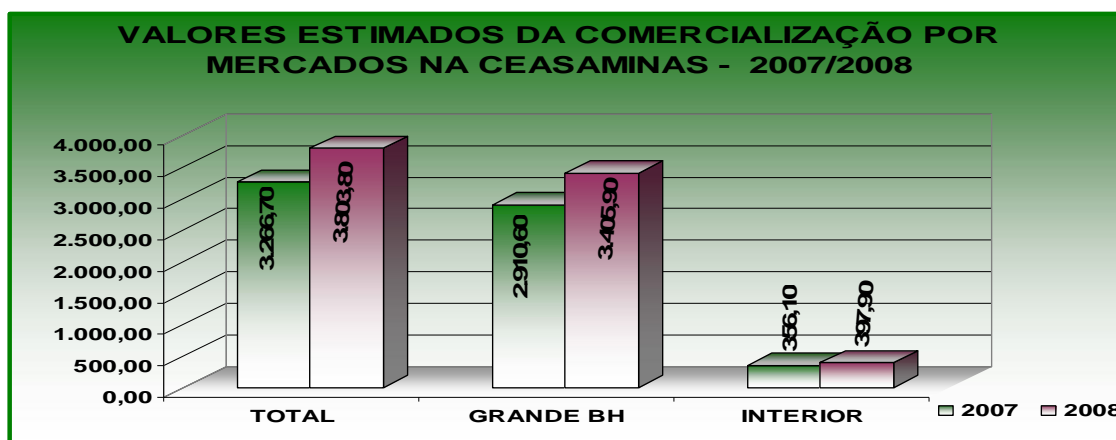
Unidades Atacadistas	2007	2008	Variação %
Grande BH	2.910,60	3.405,9	17,0
Uberlândia	201,6	232,4	15,3
Juiz de Fora	72,4	77,5	7,0
Gov. Valadares	41,4	37,9	-8,45
Caratinga	23,9	30,6	28,0
Barbacena	16,8	19,5	16,1
Total	3.266,7	3.803,8	16,4

Fonte: DETEC



O mercado de Uberlândia, seguindo esta mesma tendência, demonstrou um aumento expressivo neste indicador, que também pode ser creditado à variação nos valores médios praticados.

A unidade de Governador Valadares foi a única em que os números não convergiram para esta mesma realidade. Se levarmos em consideração o montante estimado que circulou por este entreposto em 2007, observaremos um recuo de quase 9% no ano de 2008.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos

Fluxo de Veículos

Segundo dados estatísticos da CEASAMINAS Grande BH, em 2007 mais de 5,4 milhões de veículos passaram pelo entreposto. Desse montante, apenas 5,5% foram destinados à entrada de mercadorias no mercado, sugerindo assim um transporte médio de 9,12 toneladas/veículo

FLUXO DE VEÍCULOS NA Ceasaminas

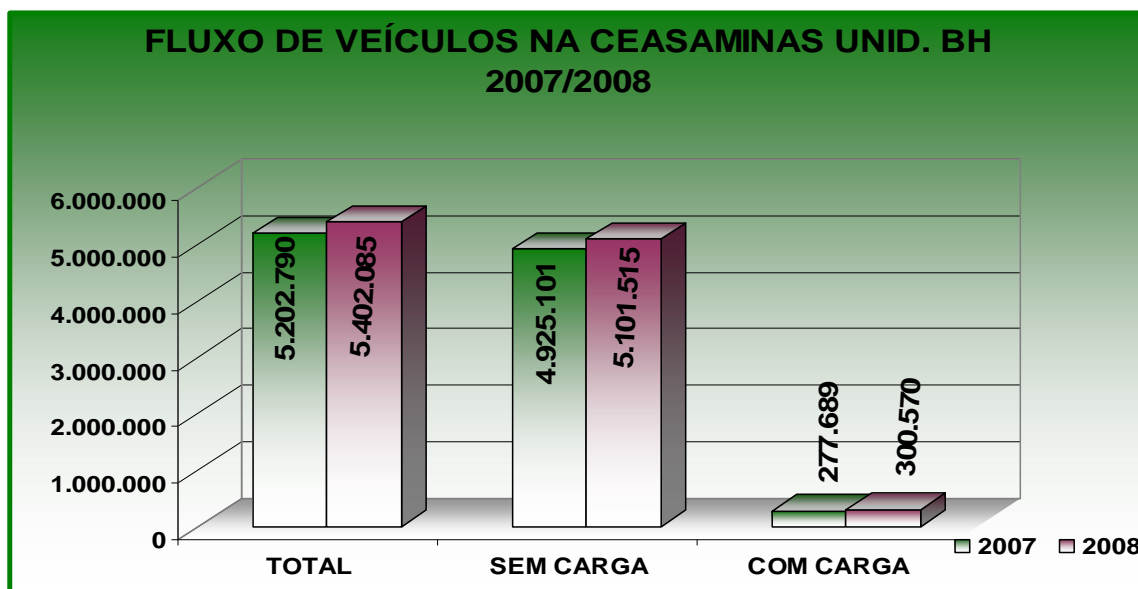
Unid. GRANDE BH

Veículos	2007	2008	Variação %
COM CARGA	277.689	300.570	8,2
SEM CARGA	4.925.101	5.101.515	3,8
TOTAL	5.202.790	5.402.085	3,8

Fonte: DETEC/Ceasaminas



A presença de veículos leves foi próxima da metade do volume total no entreposto, evidenciando assim o grande afluxo de compradores neste mercado. Por outro lado, foi observada uma forte tendência de estabilização na distribuição daqueles destinados ao transporte de carga, ou seja, a capacidade de carga dos mesmos se manteve em patamares próximos àqueles vistos no ano passado.



Fonte: DETEC/Ceasaminas

Classificação de veículos, conforme capacidade de carga

Leves	Médios	Médio-Pesados	Pesados	Ultra-Pesados	Carretas
até 400kg	de 401 a 1.500kg	de 1.501 a 4.000kg	de 4.001 a 9.000kg	de 9.001 a 18.000kg	de 18.001 a 60.000kg

Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas

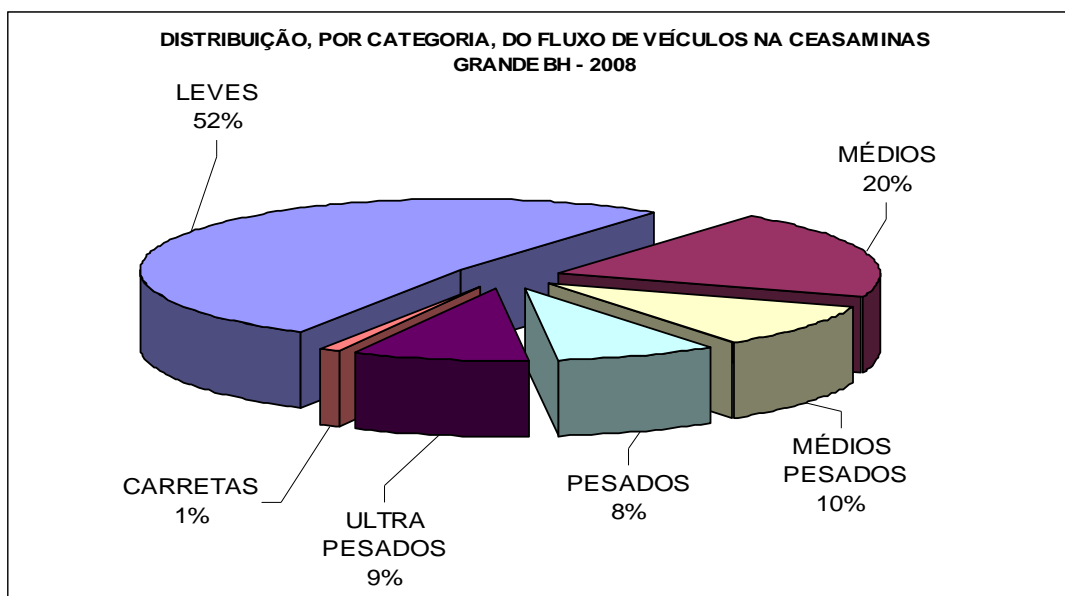
A conjuntura vivida pela economia mundial trouxe alguns reflexos adversos para a CEASAMINAS, sobretudo a partir do segundo semestre do ano. No fechamento do período, ficou evidente uma ligeira tendência de retração nos volumes comercializados nos entrepostos da estatal. No ano de 2007 foi transacionada algo em torno de 2.770,9 mil toneladas de produtos, contra 2.741,3 mil toneladas em 2008, gerando assim um pequeno revés de 1%.

A importância da participação do entreposto Grande BH no cenário da empresa pode ser facilmente notado, a partir da análise dos resultados individuais das



unidades. Mesmo com consideráveis oscilações dos mercados de Governador Valadares (-13%) e Caratinga (+10%), ainda assim, a tendência de equilíbrio ficou mantida a partir dos números apresentados pela unidade de Contagem.

A unidade de Barbacena, que foi incorporada à empresa em 2007, se caracterizou pela repetição exata dos volumes anotados.



Fonte: DETEC/Ceasaminas

- Indicadores Técnico-Operacionais

Oferta de Produtos por Unidade

Oferta de Produtos por Grupo de Produtos

Preço Médio por Unidade

Preço Médio por Grupo de Produtos

Valor Estimado da Comercialização por Unidade

Valor Estimado da Comercialização por Grupo de Produtos

Descrição:

- Oferta de Produtos por Unidade: índice que descreve a quantidade de produtos comercializados por entreposto da CEASAMINAS.



- Oferta de Produtos por Grupo de Produtos: índice que descreve a quantidade de produtos comercializados nos entrepostos da CEASAMINAS, classificados por grupo de produto (hortigranjeiros, cereais, industrializados alimentícios e industrializados não-alimentícios).
- Preço Médio por Unidade: índice que reflete o valor médio/KG praticado na comercialização realizada em cada entreposto da CEASAMINAS.
- Preço Médio por Grupo de Produtos: índice que reflete o valor médio/KG praticado nas comercializações realizadas nos entrepostos da CEASAMINAS, por grupo de produto (hortigranjeiros, cereais, industrializados alimentícios e industrializados não-alimentícios).
- Valor Estimado da Comercialização por Unidade: índice que estima o valor da comercialização realizada em cada entreposto da CEASAMINAS.
- Valor Estimado da Comercialização por Grupo de Produtos: índice que estima o valor da comercialização realizada nos entrepostos da CEASAMINAS, por grupo de produto (hortigranjeiros, cereais, industrializados alimentícios e industrializados não-alimentícios).
- Fluxo de Veículos: índice que estima a quantidade de veículos que transitam nos entrepostos da CEASAMINAS, classificando-os em veículos com e sem carga.

Fórmula do Cálculo:

- Oferta de Produtos por Unidade: a apuração do volume de produtos ofertados nos entrepostos da CEASAMINAS é realizada mediante a entrada e conferência (efetuada pela portaria) de:

Notas Fiscais;

Romaneios.



- Preço Médio por Unidade e Preço Médio por Grupo de Produtos: a apuração dos preços praticados nos entrepostos da CEASAMINAS, se dá a partir de pesquisas diárias realizadas pelos técnicos da Seção de Informações de Mercado.
- Valor Estimado da Comercialização por Unidade e por Grupo de Produtos: a apuração dos valores globais movimentados por Unidade atacadista da CEASAMINAS e por Grupo de Produtos corresponde ao resultado da multiplicação do volume transacionado pelo preço médio de cada produto.
- Fluxo de Veículos: o fluxo de veículos com carga é mensurado a partir de controle efetuado pela portaria (no momento da entrada) que abrange categorias e faixas de horários.

Responsável pelo cálculo/medição: os indicadores Técnico-operacionais são apurados pela Seção de Informações de Mercado – SECIM, do Departamento Técnico

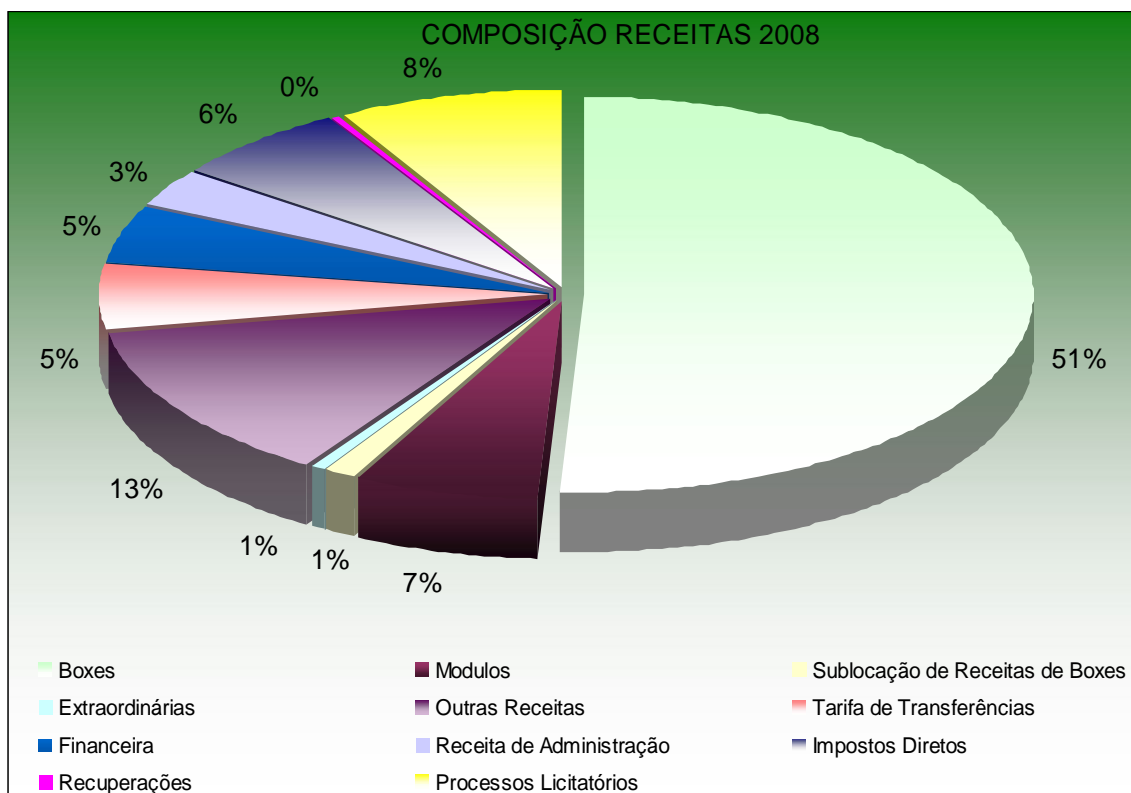
Desempenho Econômico - Financeiro

Composição das Receitas

As principais fontes de receitas da CEASAMINAS continuam sendo as permissões, concessões de uso dos espaços destinados a comercialização dos produtos alimentícios e não alimentícios e das áreas destinadas à prestação de serviços complementares e de apoio ao complexo operacional de seus entrepostos. Este conjunto de receitas compõe o quadro de Tarifas de Uso – TU. Uma característica importante na estrutura de gestão da CEASAMINAS é sua capacidade geradora de recursos financeiros próprios. Esta auto-suficiência financeira possibilita a plena sustentabilidade dos custos administrativos e operacionais dos seus 6(seis) Entrepósitos, situados nas cidades de Uberlândia, Governador Valadares, Juiz de Fora, Caratinga e Barbacena, além de seu Entrepósito principal situado em Contagem, na Grande Belo Horizonte, todos no Estado de Minas Gerais, permite ainda, a realização dos investimentos necessários aos programas e projetos



identificados como prioritários para o desempenho qualitativo da comercialização nos entrepostos.



Fonte: Secon

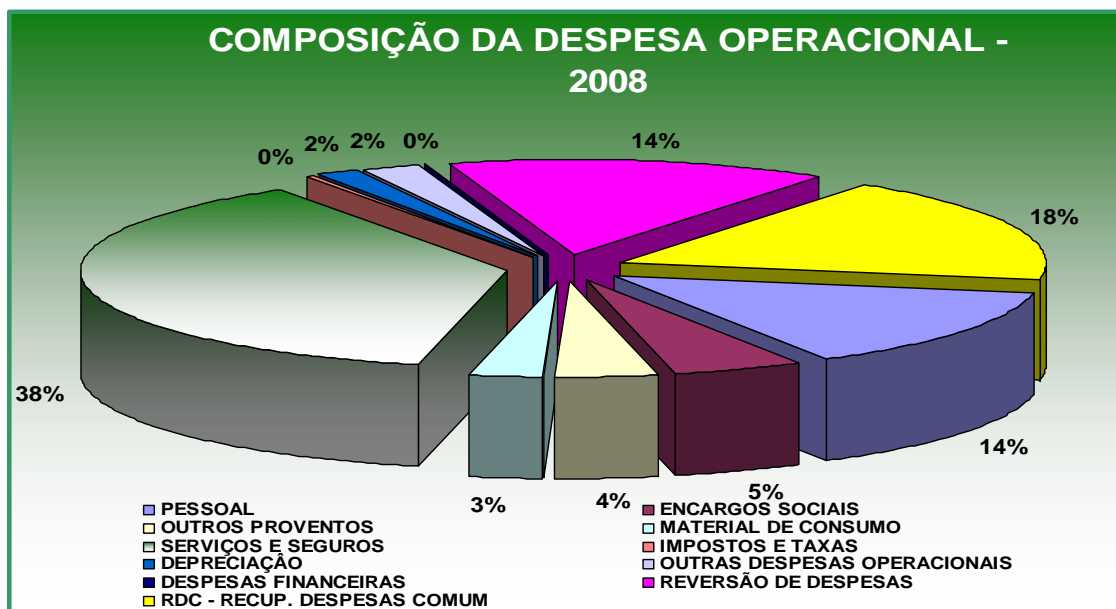


Fonte: Secon



Composição das Despesas

O ano de 2008, em termos de gestão econômico-financeira, foi marcado por um controle criterioso de suas despesas de custeio operacional com o objetivo de manter a sustentabilidade e o desenvolvimento de suas atividades.



Fonte: Secon



Fonte: Secon



Como pode ser observado no quadro de composição de despesas abaixo, a composição das despesas das sub-contas Serviços, pessoal e encargos que juntas somam 57% das despesas da empresa. Recuperação de despesas refere-se aos valores das despesas operacionais de uso comum e exclusivo dos usuários que foram reembolsados, conforme NOTAS EXPLICATIVAS constante no final do relatório.

- Indicadores Financeiros

- Liquidez Corrente
- Liquidez Geral
- Liquidez Seca
- Garantia de Capital de Terceiros
- Imobilização do Patrimônio Líquido

Descrição:

- Liquidez Corrente: análise da liquidez da empresa face ao pagamento de dívidas de curto prazo através de recursos de curto prazo.

Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada (R\$1,00) (Hum real) de dívida contraída.

- Liquidez Geral: análise de Liquidez da empresa para quitação de dívidas de longo e curto prazos através de recursos de curto e longo prazo. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de dívida contraída.

- Liquidez Seca: análise da liquidez da empresa face ao pagamento de dívidas de curto prazo através de recursos de curto prazo de liquidez acentuada sem levar em conta os seus estoques pois os mesmos são considerados recursos de menor liquidez. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de dívida contraída.

- Garantia de Capital de Terceiros: análise da relação do Capital Próprio aplicado na entidade face à influência de Recursos de Terceiros para executar as atividades



da empresa. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de recursos de terceiros aplicados na execução de suas atividades.

- Imobilização do Patrimônio Líquido: análise do comportamento da empresa ao destinar os recursos próprios investidos. Sinaliza quanto a empresa investiu no aumento do seu imobilizado, de cada R\$1,00 (Hum real) dos recursos próprios investidos.

Fórmula de Cálculo:

- Liquidez Corrente: Índice resultante da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante (AC/PC).

- Liquidez Geral: Índice resultante da divisão do Ativo Circulante mais Ativo Realizável a Longo Prazo pelo Passivo Circulante mais o Passivo Exigível a Longo Prazo (AC + ARLP/PC + PELP).

- Liquidez Seca: Índice resultante da divisão do Ativo Circulante menos o Estoque pelo Passivo Circulante (AC – E/PC).

- Garantia de Capital de Terceiros: Índice resultante da divisão do Patrimônio Líquido pelo Passivo Circulante mais o Passivo Exigível a Longo Prazo (PL/PC + PELP).

- Imobilização do Patrimônio Líquido: Índice resultante da divisão do Ativo Permanente pelo Patrimônio Líquido (AP/PC).

Responsável pelo cálculo: Todos os indicadores financeiros são apurados pela Seção de Contabilidade – SECON, do Departamento Financeiro.



ANÁLISE BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO – 2008

– ATIVO CIRCULANTE

A - As disponibilidades de Liquidez Imediata aumentaram em 93,97% no ano de 2008, basicamente em virtude da política adotada pela empresa em fazer aplicações em CDB-DI e Fundos de Investimentos. **Esse aumento é também oriundo do aumento de receita maior que as despesas em virtude do Termo de Ajuste de Conduta.**

B – A conta Clientes aumentou em 14,93%, devido ao reajuste de tarifas, com conseqüente aumento do valor a receber.

C – A conta Valores a Recuperar apresentou uma redução relevante de 84,30% no ano de 2008, basicamente em virtude de **recebimento da** provisão de seguro, por sinistro ocorrido no ano de 2006.

D – O subgrupo Despesas a Recuperar foi o que se manteve estável, basicamente em virtude da transferência do Longo para o Curto Prazo do valor de R\$ 118.972,26, evidenciando o recebimento da conta Resultado Operacional Convênio/SEAPA no valor de R\$ 552.222,03, tratando-se de saldo das operações próprias dos MLP's.

– NÃO CIRCULANTE

A - A redução do subgrupo Realizável em Longo Prazo, em 14,32% do Exercício de 2007 para o de 2008, se explica em razão do **aumento da provisão p/ crédito de liquidação duvidosa** relativo a valores de cobrança em andamento e depósitos judiciais trabalhistas.

– ATIVO PERMANENTE

A - O Ativo Permanente aumentou, com uma variação de 9,62% do Exercício de 2007 para o de 2008, onde a empresa manteve a mesma política de Investimentos e Imobilizações.



– PASSIVO CIRCULANTE

A – O aumento de 7,92% no Passivo Circulante em relação ao ano de 2007, ficou evidenciado em virtude do aumento de 23,02% devido a política e valorização dos empregados, com conseqüente, aumento das provisões devido ao reajuste de salário, e o bom desempenho econômico-financeiro no período.

– NÃO CIRCULANTE

A – O aumento de 87,59% ficou evidenciado no subgrupo que é composto pela conta **Provisão p/ Contingências**, o acréscimo relevante do Exercício de 2007 para o de 2008 foi devido à constituição de provisão para perdas Fiscais, Cíveis e Trabalhistas. Praticando então o princípio da Prudência.

ANÁLISE BALANÇO PATRIMONIAL

– PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A - O Capital Social manteve em R\$ 18.150.573,35 no exercício de 2008, uma vez que houve deliberação para a incorporação do Lucro Líquido do Exercício de 2007.

B – A conta de Reservas de Lucros é composta basicamente pela Reserva Legal, que aumentou em 47,25% devido a constituição de Reservas no Exercício de 2008.

C – O aumento de 36,28% em 2008 e de 361,01% na Reserva de Lucro deve-se exclusivamente ao resultado apurado no Exercício, evidenciando assim a procura pelo resultado favorável a esta sociedade já em dois períodos consecutivos.

D – A conta Reserva de Capital em 2008 manteve o saldo de R\$ 112.335,47 e refere-se à constituição do aumento do Ativo Permanente no exercício de 2007.



ANÁLISE DEMONSTRAÇÃO RESULTADO

– RECEITA LÍQUIDA

O aumento de 21,23% em relação ao exercício anterior aconteceu em virtude do reajuste das tarifas ao longo do Exercício de 2008 e as transferências do **termo de ajuste de conduta** que ocorreram, reduzidas as relevantes Deduções da Receita que é composta basicamente de Impostos Faturados e Serviços Cancelados.

– DESPESAS OPERACIONAIS

De uma maneira geral podemos concluir que houve um aumento em algumas Despesas Operacionais em relação ao Exercício de 2007 por força de aumento espontâneo de salário e reflexo nos encargos sociais sobre folha, outros proventos e provisões para contingências, observando-se um aumento de 12,32%, no grupo de contas. Basicamente o aumento deve-se, a política de valorização profissional dos empregados Ceasaminas e terceiros.

– RECEITAS OPERACIONAIS

Com exceção da conta Recuperação de Despesas que apresentou um decréscimo de 16,95%, o grupo apresenta um aumento de 21,23%, com destaque para Financeiras Líquidas, o grupo faz o confronto das Despesas Financeiras com as Receitas Financeiras, observa-se o relevante aumento de 5,76 vezes maior em relação ao Exercício de 2007, devido ao aumento das disponibilidades em aplicações financeiras no exercício de 2008.

– RESULTADO OPERACIONAL

O aumento do Lucro Operacional da empresa em 94,35%, deve-se a busca constante de política de recuperação do resultado adotada e implementada pela



Administração, que buscou esse resultado, objetivando capitalizar a empresa para posteriores investimentos, com recursos próprios.

– RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO

A empresa conseguiu um aumento de 37,01% em relação ao Exercício de 2007, mesmo não tendo a contabilização do seguro de sinistro, ocorrido no ano de 2006, resultado positivo alcançado mesmo tendo as suas Receitas Não-Operacionais reduzidas em 83,60%.

– RESULTADO APÓS TRIBUTAÇÃO

O aumento de 24,20%, e 28,10% no Exercício de 2008, das contas de Contribuição Social e Imposto de Renda, respectivamente, ocorreu em função bom resultado operacional ocorrido no ano, na forma de tributação da CEASAMINAS. Entretanto, o Lucro após os Impostos obteve um aumento de 44,37% em relação ao Exercício anterior, em virtude da política adotada pela Administração.

- LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Houve aumento de 36,28% em relação ao lucro do Exercício anterior, revelando que a empresa apresentou medidas adequadas para a otimização da sua Lucratividade, o que possibilitou alcançar as metas estabelecidas para distribuição de parte do Lucro Líquido aos empregados.

ANÁLISE DOS QUOCIENTES

– LIQUIDEZ CORRENTE

Houve um aumento deste índice em relação ao Exercício anterior na margem de 0,49 e este quociente indica que a empresa tem no Ativo Circulante R\$ 2,46 para



cada R\$ 1,00 de dívidas em curto prazo, apresentando situação favorável, independente de análise minuciosa em relação aos prazos de vencimento das obrigações. Esta diferença indica à existência do Capital Circulante Líquido que é uma folga financeira a disposição da empresa para manipulá-la, a fim de gerar novos recursos.

– LIQUIDEZ GERAL

O aumento deste índice em relação ao Exercício anterior, em cerca de 0,07 passando a ser de R\$ 2,41 evidencia a disposição recursos suficientes no seu Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo para garantir o pagamento das suas obrigações de curto e longo prazo. Este quociente evidencia que a empresa conseguiu gerir seus negócios com recursos próprios, evitando assim dependência de Capitais de Terceiros.

– LIQUIDEZ SECA

Houve um aumento deste índice em relação ao Exercício anterior na margem de 0,45 e este quociente indica que a empresa possui Disponibilidades mais Direitos de Conversibilidade Garantida de R\$ 2,26 para cada R\$ 1,00 de dívidas em Curto Prazo. Conjugando os resultados dos quocientes de Liquidez Corrente com os de Liquidez Seca observa-se a situação favorável de solvência da empresa e que a mesma não depende do giro do seu estoque para honrar seus compromissos em Curto Prazo.

– GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Este índice apresenta-se estável em relação ao Exercício anterior, em cerca de 0,22 este quociente revela uma dependência de Capitais de Terceiros satisfatória, uma vez que o endividamento representa obrigações imediatas e a empresa possui uma folga financeira relevante. Como este quociente é do tipo quanto menor, melhor, podemos concluir que a empresa adota uma política salutar em relação à administração de suas dívidas a curto e longo prazo.



– GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS

Apesar da queda deste índice em relação ao Exercício anterior na margem de 0,10 a empresa possui para cada R\$ 1,00 de Capital Alheio R\$ 3,50 de recursos próprios, evidenciando que a empresa trabalha com Capitais Próprios em proporção maior do que com Capitais de Terceiros.

– MARGEM OPERACIONAL

Este índice apresentou um aumento na ordem de 0,07 em relação ao Exercício de 2007. O quociente de 0,17 alcançado no Exercício vigente indica que a empresa conseguiu obter Lucro Operacional correspondente a 17% do valor da Receita Operacional Líquida.

– RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

No Exercício de 2007 a empresa auferiu R\$ 0,08 de lucro para cada R\$ 1,00 de Patrimônio Líquido, uma vez que no Exercício vigente essa marca melhorou, pois para cada R\$ 1,00 investido no Patrimônio Líquido a empresa auferiu R\$ 0,10 de lucro líquido. Podemos observar que a empresa apresentou um melhor desempenho, declarando assim a sua busca por melhores resultados.

– IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Este quociente apresentou uma redução de 0,03 em relação ao Exercício anterior, e o quociente de 0,60 revela que para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido a empresa imobilizou R\$ 0,60. Este quociente sendo inferior a um, indica a existência do Capital Circulante Próprio que se dá pelo excesso do Patrimônio Líquido sobre o Ativo Permanente, utilizado para financiar parte do capital em giro, constituindo ponto altamente positivo para a situação financeira da empresa.



– CONCLUSÃO

Após a análise e interpretação dos quocientes econômicos e financeiros calculados com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício da CEAMINAS-MG, levantados em 31 de dezembro de 2008, apresentamos as seguintes informações:

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A – Endividamento

A empresa manteve o grau de endividamento satisfatório, podendo ser comprovado pela preponderância dos Capitais Próprios sobre os Capitais de Terceiros, pela boa margem existente entre as obrigações de longo prazo e curto prazo e pela não imobilização total dos Capitais Próprios, revelando a existência de liberdade financeira para tomada de decisões sem a necessidade de sujeitar-se a regras impostas por credores.

B – Liquidez

Em relação à solvência, a empresa evidência números que tende ao favorecimento da gestão, apresentando situação financeira sólida que garante o cumprimento de seus compromissos de curto e de longo prazo, o que possibilita em uma situação de insolvência momentânea apresentar garantia a terceiros.

C – Econômica

Pelos dados apresentados, e a solução das questões com os permissionários desenvolvendo-se com as assinaturas do TAC, entre permissionários, Ceasaminas e o Tribunal de Contas da União, pela continuidade dos investimentos realizados em expansão, percebe-se claramente que esta sociedade encontra-se no caminho progresso com uma forte tendência de crescimento e um cenário favorável atendendo o princípio da continuidade.



Desempenho Orçamentário

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2008 – CEASAMINAS

Análise Orçamentária 2008

No contexto atual da economia e tendo em vista a consolidação de todo o seu complexo atacadista, a Diretoria Executiva da Empresa identificou e priorizou ações compatíveis com a realidade econômico-orçamentária da Empresa para o exercício de 2008. Essas ações tem como objetivo proporcionar uma melhoria substancial na infra-estrutura logística e nos serviços de apoio disponibilizados ao conjunto de usuários de seus entrepostos Atacadistas.

Identificação das ações, das Metas e dos Valores Realizados: Os resultados alcançados na realização das ações pactuados de acordo com a reprogramação do orçamento de 2008, conforme Decreto 6647 de 18/11/2008.

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUADRO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO - REALIZADOS

AÇÕES	A	B	C	C/B (%)
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO INICIAL APROVADO (R\$)	REPROGRAMAÇÃO Dec.6646 De 18/11/2008 (R\$)	REALIZADOS (R\$)	ÍNDICE (%)
Manutenção, Adequação e Expansão da Infra-estrutura operacional	5.500.000	6.589.000	603.754	9,2%
Manutenção, adequação e aquisição de ativos de Informática, Informação e tele processamento.	500.000	100.000	18.854	18,9%
Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, Máquinas e equipamentos	600.000	100.000	204.655	204,7%
TOTAL	6.600.000	6.789.000	827.263	12,19%

Fonte: Departamento de Planejamento - Ceasaminas



Indicadores ou parâmetros utilizados na análise: Para análise sobre os programas acima identificados, foram utilizados os respectivos índices de realização percentual, calculados conforme fórmula expressa na tabela acima. Os programas da CEASAMINAS estão sujeitos aos controle da realização financeira somente.

- Indicadores Orçamentários

Nome do indicador: Percentual de Realização(%)

Descrição: Índice percentual do valor monetário efetivamente aplicado em relação ao montante global aprovado no orçamento inicial ou na reprogramação orçamentária, o qual evidencia, em termos relativos, a eficiência da empresa na realização de cada programa.

Fórmula de cálculo: O referido índice percentual é obtido mediante a divisão do valor monetário aprovado para cada programa, de acordo com o orçamento programado inicial ou com o orçamento reprogramação pelo valor monetário efetivamente aplicado na execução do referido programa.

Responsável pelo cálculo/medição: Todo o acompanhamento orçamentário da CEASAMINAS, incluindo o cálculo do índice acima indicado é de responsabilidade do Departamento de Planejamento – DEPLA.

Medidas adotadas para sanear disfunções detectadas das ações

Identificação: Ação:

4105.00031 - Manutenção, adequação e Expansão da infra-estrutura Operacional. – No Estado de Minas Gerais . Valor Reprogramado de acordo com o Dec. 6646, de 18/11/2008			
5.500.000	6.589.000	603.674	9,2%

– Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados: Em termos globais somente conseguimos concluir 9,2% do valor reprogramado para a rubrica em decorrência, em parte, da necessidade da contratação dos serviços de terceiros através de concorrência pública, o que dificulta a agilidade do processo. Algumas obras de vulto, tais como, a Reconstrução do Pavilhão 6, Reestruturação do Mercado Livre Produtor (MLP) e



a implantação da Central de Segurança do Entrepasto de Contagem somente foram contratados do decorrer do 4º trimestre do ano, totalizando, aproximadamente, 76% do valor orçado para o item. . Se incluirmos neste item o valor R\$87.388 aplicado nas obras do Mercado Livre Produtor e considerado na conta 4102 acima a variação resultante é de 10,5%.

– Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso: Os valores orçados para as demais obras que compõem o item, juntamente com o saldo remanescente das obras mencionadas anteriormente, deverão compor a reprogramação do orçamento de investimentos de 2009 a ser oficializada no primeiro semestre do ano em curso

– Responsáveis pela implementação das medidas: Departamento de Planejamento

– Identificação: Ação

4102.0031 - Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, Máquinas e equipamentos – No Estado de Minas Gerais. Valor Reprogramado pelo Dec.6646, de 18/11/2008			
---	--	--	--

600.000	100.000	204.655	204,7%
---------	---------	---------	--------

- Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados: Os investimentos excederam em 104,7% do valor reprogramado para o item, ou seja, R\$104.655. O excedente se deveu ao seguinte fato: O valor realizado de R\$87.388 referente parte das obras do Mercado de Livre Produtor (MLP) foi orçado na Rubrica 4105.0031, o que reduz da variação para R\$17.267, ou seja, 17,27% do valor reprogramado. A variação remanescente decorreu em parte a aquisição de um Gerador de Energia e sua instalação no valor total de R\$40.000.

- Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso: não houve

- pela implementação das medidas: Departamento de Planejamento – DEPLA

– Identificação: Ação

4103.0031 - Manutenção, adequação e aquisição de ativos de Informática, Informação e tele processamento. No Estado de Minas Gerais – Valor Reprogramado aprovado pelo Dec.6646, de 18/11/2008			
---	--	--	--

		100.000	18.854	18,9%
--	--	---------	--------	-------

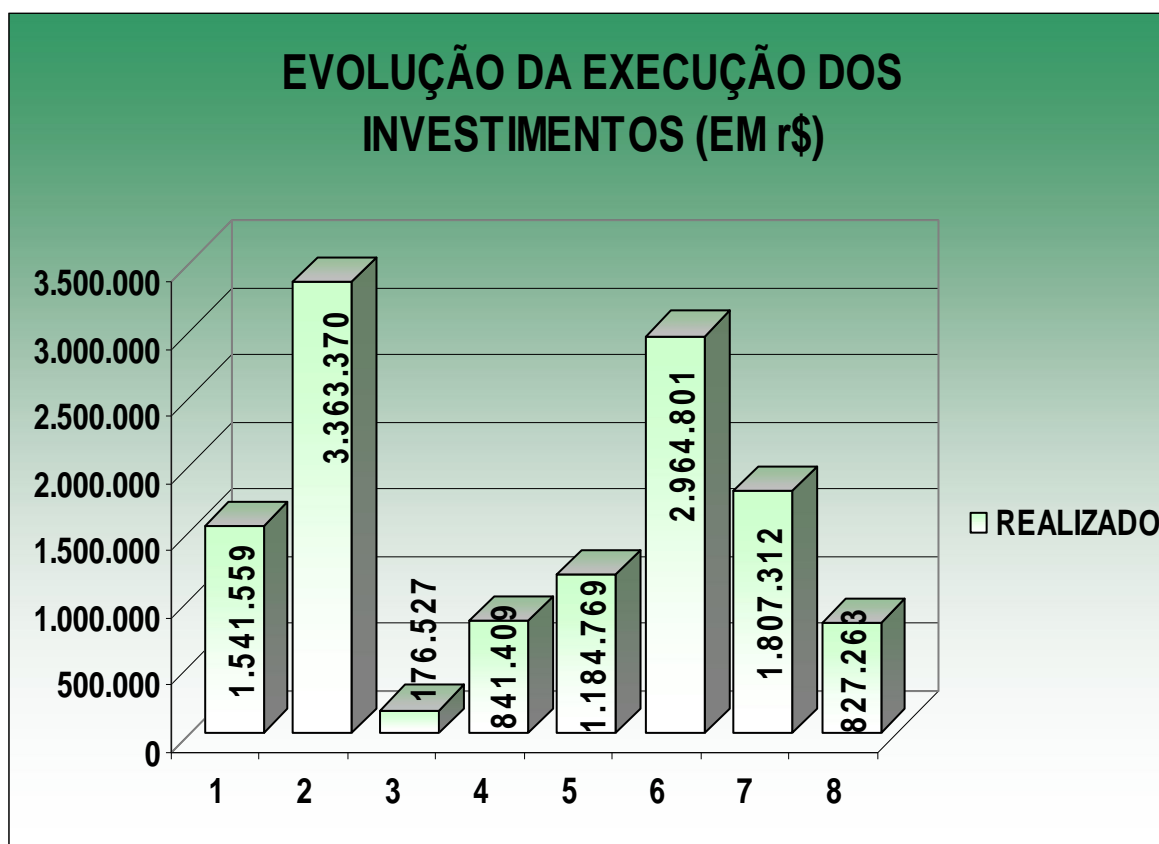


- Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados: Os investimentos ficaram aquém do valor reprogramado.
- Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:
O valor remanescente a realizar será reprogramado para o exercício de 2009 durante o primeiro semestre daquele ano.
- Responsáveis pela implementação das medidas: DEPLA: Departamento de Planejamento

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS-CEASAMINAS
EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: INVESTIMENTOS x REALIZAÇÕES

EXERCÍCIOS	A	B	C	D
	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	REPROGRAMADOS (R\$)	REALIZADO JAN/DEZ/08 (R\$)	ÍNDICE C/B (%)
2001	2.200.000	2.200.000	1.541.559	70,1
2002	8.163.000	8.163.000	3.363.370	41,2
2003	7.400.000	7.400.000	176.527	2,4
2004	9.547.000	2.090.400	841.409	40,3
2005	4.120.400	1.292.930	1.184.769	91,6
2006	4.120.400	4.127.783	2.964.801	71,8
2007	2.850.000	2.348.000	1.807.312	77,0
2008	6.600.000	6.789.000	827.263	12,19

Fonte: DEPLA



Fonte: Depla

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2008 – CEASAMINAS

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS				
PROGRAMAS	A	B	C	C/B(%)
	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	REPROGRAMAÇÃO DEC. 6646 de 18/11/08 (R\$)	REALIZADO JAN/DEZ/08 (R\$)	ÍNDICE %
Ativo Imobilizado	6.600.000	6.789.000	827.263	12,19
Dividendo	750.000	546.125	537.561	98,43
Custeio Geral	19.178.247	22.465.958	21.589.137	96,09
TOTAL	26.528.247	29.801.083	22.953.961	77,02

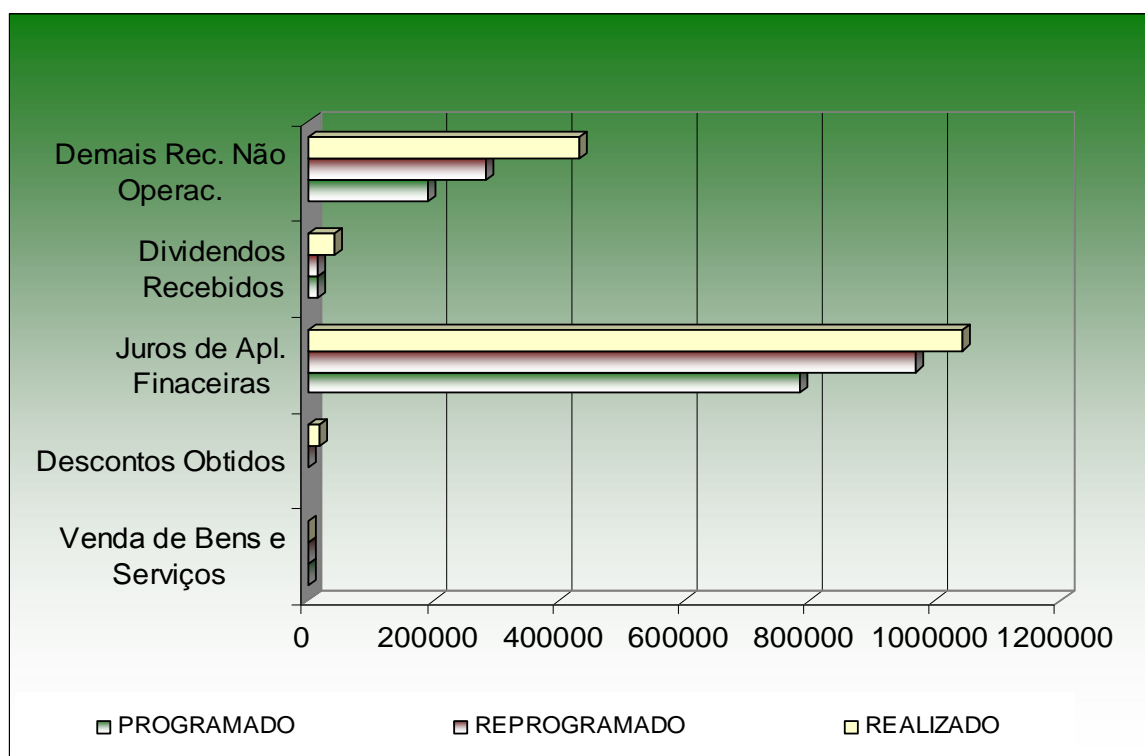
Fonte: Depla



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2008 – CEASAMINAS:

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
QUADRO DE RECEITA				
ITENS	A	B	C	D
	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	REPROGRAMAÇÃO /Dec. 6646 de 18/11/08 (R\$)	REALIZADO JAN/DEZ/08 (R\$)	ÍNDICE: C/B %
Venda de Bens e Serviços	24.353.238	25.512.278	23.907.361	93,71
Descontos Obtidos	-	700	19.416	2773,71
Juros de Apl. Financeiras	785.288	969.200	1.043.078	107,62
Dividendos Recebidos	15.706	15.706	42.723	272,02
Demais Rec. Não Operac.	191.311	282.984	433.719	153,27
Total	25.345.543	26.780.868	25.446.297	95,02

Fonte: Depla



Fonte: Depla



COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
QUADRO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS				
ATIVO IMOBILIZADO, PESSOAL, CUSTEIO E MANUTENÇÃO.				
ITENS	A	B	C	D
	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	REPROGRAMAÇÃO Dec. 6646 (R\$)	REALIZADO JAN/DEZ/08 (R\$)	ÍNDICE: C/B%
Invest. Ativo Imobilizado				
Invest. no Ativo Imobilizado	6.600.000	6.789.000	827.263	12,19
Dividendos				
Dividendo	750.000	546.125	537.561	98,43
Despesas Com Pessoal				
Pessoal	4.399.659	5.028.375	5.110.901	101,64
Encargos	3.157.000	3.604.000	3.595.439	99,76
Disp. Ind.Com Pés. Próprio				
Auxílio Alimentação	602.488	705.000	684.693	97,12
Aux. Educação, Creche e Outros	12.000	8.100	16.174	199,68
Outros dispêndios com pessoal próprio	480.000	656.000	794.670	121,14
Benefícios Sociais				
Contribuição Patronal(Ass. Func. Prev. Priv. Seguros)	22.000	18.299	18.299	100,00
Contribuição Patronal(Ass.Func. Assist. Médica)	220.000	246.000	242.445	98,55
Demais Benefícios Sociais	600.000	590.000	578.475	98,05
Despesas Com Materiais				
Material de (Consumo, Limpeza e Manut.) e informática	600.000	795.100	807.384	101,54
Demais Materiais e Produtos	30.000	22.000	22.635	102,89
Desp. Serv. de Terceiros				
Prest. Serviços Tec. ADM e Operacional	3.500.000	3.815.890	3.932.334	103,05
Tecnologia da Informação - Serviço		68.900	86.167	125,06



Propaganda e Pub. Oficiais				
Aviso Editais e Publicações	70.000	108.600	113.338	104,36
Publicidade	450.000	562.801	695.410	123,56
Patrocínio	15.000	53.533	13.533	25,28
Demais Serviços de Terceiros	200.000	1.200	1.538	128,17
Utilidades e Serviços				
Energia/Água/Telefone/Correios	1.200.000	177.000	303.785	171,63
Desp. Trib. e Encarg. Parafiscais				
Tributos e Encargos Parafiscais Vinculados a Receita	1.500.000	1.825.000	1.659.237	90,92
Tributos e Encargos Parafiscais Vinculad. Ao Resultado	529.700	1.675.500	1.519.059	90,66
Demais Tributos e Enc. Parafiscais	900.000	111.000	118.153	106,44
Outros Serviços				
Alugueis	185.000	146.000	181.737	124,48
Multas	15.000	6.100	3.554	58,26
Variações Monetárias e Outras Obrigações	20.400	12.240	58.968	481,76
Demanda Trabalhista		400.000	150.000	37,50
Partcip. Nos Lucros e Resultados	89.000	-	133.287	149,61
Demais	470.000	1.829.320	747.912	40,88

Fonte: Depla

2.4.1- Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1.Passagens	34.353,43	32.227,87	54.788
2. Diárias e Ressarcimento de Despesa em Viagens	-	-	-
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	5.675.836,85	5.966.538,41	7.531.664
3.1 Publicidade	183.856,15	428.207,90	411.874
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	2.802.643,75	3.125.253,38	3.217.073



3.3 Tecnologia da Informação	150.972,85	91.960,00	86.167
3.4 Serviços Técnicos Profissionais	2.086.645,02	2.266.220,82	3.283.019
3.5 Consultoria e Auditoria	400.806,94	1.004,00	328.756
3.6 Outras Terceirizações (*)	50.912,14	53.892,31	204.775
4. Suprimento de Fundos	-	-	-
5. Cartão de Crédito Corporativo	-	-	-
TOTAIS	5.710.190,28	5.998.766,28	7.586.452

Fonte: Depla

* Outras terceirizações - Composição desta despesa: Pessoal contratado para serviço de manutenção (serventes, eletricitas, bombeiros, pintores, bombeiros).

3- Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou Recursos

A CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não possui passivos por insuficiência de Créditos ou recursos.

4 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica

5- Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no exercício.

A CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais,S/A não firmou nenhum convênio nem recebeu nenhuma transferência de recursos no exercício de 2008.

6- Previdência Complementar Patrocinada

A CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não patrocinou nenhuma entidade fechada de previdência complementar sendo assim não possui informações a prestar neste item para o exercício de 2008

7- Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados Com Recursos Externos.

A CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não possui projetos nem programas financiados com recursos externos não tendo informações a prestar.



8- Renúncia Tributária

As CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não concedeu nenhum tipo de renúncia tributária e não possui informações a prestar neste tópico.

9- Declaração de Sobre a Regularidade dos Beneficiários diretos de renúncia.

As CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não concedeu nenhum tipo de renúncia tributária e não possui informações a prestar neste tópico.

10- Operação de Fundos

As CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não realizou operações de fundos portanto não possui informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2008.

11- Despesas Com Cartão de Crédito

As CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Geras não operou com nenhum cartão de crédito o exercício em tela, não tendo sequer contratado tal serviço para empresa.

12 – Recomendações da Unidade de Controle Interno

Relatório: n.º 037/2008 - Valores a receber da unidade de Barbacena

Descrição: Como os valores a ressarcir continuam a apresentar saldo crescente, entendemos que os motivos que têm objetivado este crescimento devam ser avaliados pelos gestores da CEASAMINAS. Caso contrário, este valor se tornará gigantesco.

Embora o procedimento de rateio tenha gerado defasagem entre o desembolso da despesa efetuada pela CEASAMINAS e a efetiva recuperação por intermédio da cobrança, como na unidade de Barbacena, os valores a ressarcir estão sempre crescentes, nos levando a concluir que os custos da coletividade estão muito superiores à capacidade de geração de receita da Unidade.

Recomendamos que sejam reavaliadas as fontes geradoras de custos para melhor equalizá-las



Setor Responsável pela Implementação: Coordenador da Seção das Unidades do Interior.

Providência adotada: Visando acelerar o processo esta sendo realizada uma nova forma de cobrança (Extra-Judicial) amparada por uma nota técnica, uma vez que os valores em questão estão sob júdice.

Relatório: n.º 039/2008 - Pagamento de INSS em duplicidade

Descrição: Verificamos a existência de um saldo de R\$ 10.340,00 (dez mil trezentos e quarenta reais), decorrente de retenção e recolhimento, a título de contribuição previdenciária a maior.

Recomendamos providências, no sentido de efetuar a restituição deste valor junto a Previdência Social, de acordo com o artigo 252, do Decreto 3.048, de 1.999, abaixo transcrito:

Art.252. No caso de recolhimento a maior, originário de evidente erro de cálculo, a restituição será feita por rito sumário estabelecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, reservando-se a este o direito de fiscalizar posteriormente a regularidade das importâncias restituídas.

Caso a empresa opte por não efetuar a restituição imediata do valor recolhido a maior, este deve ser transferido para o Realizável a Longo Prazo, lembrando que o artigo 253, do respectivo decreto, estabelece tempo limite para se proceder o pedido acima citado, *in verbis*:

Art.253. O direito de pleitear restituição ou de realizar compensação de contribuições ou de outras importâncias extingue-se em cinco anos, contados da data:

I - do pagamento ou recolhimento indevido; ou

II - em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a sentença judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Pagamento

Providência adotada: Regularizado conforme recomendação.



Relatório: n º039/2008 Imposto de Renda Retido na Fonte pelo CEASAMINAS recolhido utilizando o número do CPF da beneficiária

Descrição: Verificamos o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o valor da indenização paga a Judite Franklin Vidal, por ocasião de processo judicial, e constatamos que o recolhimento, em junho de 2008, foi realizado através do número do CPF da beneficiária, mencionado no DARF, sem a informação do número de CNPJ da pessoa jurídica que efetuou o pagamento.

Este procedimento está em desconformidade com a Instrução Normativa nº 82, que dispõe:

Art. 23. Nos formulários ainda em vigor, os campos destinados à aposição do carimbo do número de inscrição no CGC serão preenchidos apenas com a transcrição do respectivo número.

A esse respeito, a Contadoria nos informou que a CEASAMINAS apenas efetuou o depósito na Caixa Econômica Federal, em atendimento a uma ordem judicial.

A Caixa, por sua vez, foi quem efetuou a retenção do Imposto e efetivou o seu recolhimento, utilizando como número referencial o CPF da reclamante. Portanto, entende a Contadoria que a Caixa é quem deve efetivar a correção do DARF e não a CEASAMINAS.

Entendemos que o agente financeiro é apenas um repassador do recurso que foi disponibilizado pela CEASAMINAS, sendo esta última a responsável por informar a retenção na DCTF e na DIRF do ano base de 2008. Caso não o faça, a reclamante será inserida no processo de malha fina, com a sua Declaração do Imposto de Renda do próximo ano apresentando inconsistências detectadas entre o valor que será declarado pela reclamante e o que foi informado pela empresa.

Portanto, visando evitar maiores consequências, inclusive o direito de a beneficiária pleitear danos morais em juízo, recomendamos que o jurídico oficie a Caixa Econômica Federal, para fins de retificar o DARF emitido, possibilitando à CEASAMINAS retificar os informativos obrigatórios.

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador do Departamento Jurídico.

Providência adotada: Aguardar pronunciamento da Caixa Econômica Federal do processo que está sob júdice.



Relatório: n.º 037/2008 Falta de informação na DCTF do Imposto de Renda Retido na Fonte pela CEASAMINAS recolhido com o número do CPF.

Descrição: Devido à ausência do número do CNPJ no DARF citado no item 3 acima, a Contadoria ficou impossibilitada de informar este recolhimento na DCTF da empresa.

Esclarecemos que a ausência de informações na DCTF acarreta multa mínima no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), conforme artigo 9º, parágrafo 3º, Item II, da Instrução Normativa da SRF nº. 786/07, transcrito a seguir:

Art. 9º A pessoa jurídica que deixar de apresentar a DCTF no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimada a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela RFB, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos impostos e contribuições informados na DCTF, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega dessa declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º;

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, a data da lavratura do auto de infração.

§ 2º Observado o disposto no § 3º, as multas serão reduzidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - em 25% (vinte e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa jurídica inativa;

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos. (Grifo nosso)

Recomendamos que, depois de realizadas as providências no item 3 retro, a Contadoria retifique a DCTF e informe o recolhimento devido, regularizando assim a situação.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade.

Providência adotada: Oficiada a CEF em juízo e aguardando decisão judicial.



Relatório: n ° 038/2008 Créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas operacionais

Descrição: Verificamos os créditos do PIS e da COFINS do mês de maio de 2008 e constatamos que a Contadoria está calculando os referidos valores sobre as seguintes contas de despesas:

Contas	Valor do Gasto Mensal	Crédito do PIS 1,65% do Gasto	Crédito da COFINS 7,6% do Gasto
Energia Elétrica	96.524,65	1.592,66	7.335,87
Depreciação do Imobilizado	27.247,81	449,59	2.070,83
Outras (**)	353.518,04	5.833,05	26.867,37

Sobre as despesas de Energia Elétrica e da Depreciação do Imobilizado, concordamos plenamente, por estarem previstas na legislação pertinente.

Quanto às despesas denominadas de “outras”, questionamos o creditamento, devido ao tipo de despesa registrada nesta conta ser de característica de “despesas operacionais” e não de “custo dos serviços”, conforme prevê a legislação pertinente.

A composição dos valores, que totalizam o montante de R\$ 353.518,04 (trezentos e cinquenta e três mil quinhentos e dezoito reais e quatro centavos), utilizados para calcular os créditos, são as seguintes:

- Despesas com a Albina Conservação;
- Despesas com a ACE Auditoria;
- Despesas com a CATU Excelência Organizacional;
- Demais prestadores de serviços na área de RH e outros.

Alertamos que este tipo de gasto não tem sido aceito pela Receita Federal como gerador de crédito, para deduzir no valor das contribuições a serem recolhidas aos cofres públicos.

Visando oferecer maior segurança à empresa, recomendamos a formalização de uma consulta junto a Secretaria da Receita Federal, para fins de elucidação do exposto.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade.



Providência adotada: Aguarda Pronunciamento da Secretaria da Receita Federal, bem como definição de outras ações que foram impetradas por diversas empresas perante a SRF.

Relatório: n.º 004/2008 Alterações na Lei das Sociedades por Ações

Descrição: Com a promulgação da Lei nº 11.638/07, em 28 de dezembro de 2007, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), especificamente em relação ao capítulo XV, que trata de assuntos de natureza contábil, manifestamos algumas considerações preliminares que entendemos refletir nas demonstrações contábeis da CEASAMINAS neste ano base, devido à aplicação dessa nova Lei.

O principal objetivo da nova Lei, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, é a atualização das regras contábeis brasileiras e aprofundamento da harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial, os emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, por meio dos *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Abordaremos alguns pontos que entendemos serem merecedores de destaque: Criação de 02 (dois) novos grupos de contas, conforme art. 178, § 1º, “c” e § 2º, “d”:

- a) No Ativo Permanente, o grupo de contas de bens intangível;
- b) No Patrimônio Líquido, a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Novos critérios para a classificação e avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, especificamente os derivativos, (proteção para transações com o mercado externo), conforme (art. 183, VIII e art. 184, III).

A Lei introduziu o conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, que deverão ser realizadas de acordo com as Normas Internacionais, conforme (art. 183, VIII e art. 184, III).

O ordenamento jurídico obriga as empresas a realizar, periodicamente, a análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, no intangível e no diferido (art. 183, § 3º).



Houve alteração no critério de avaliação de coligadas, pois no balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial (art. 248).

Criação da conta de Reservas de Incentivos Fiscais, com a contabilização sendo realizada diretamente no resultado do exercício, como estabelece a norma internacional (art. 195 – A).

Faculdade das companhias fechadas optarem por observar as normas sobre demonstrações financeiras, expedidas pela CVM para as companhias abertas.

A Lei nº 11.638/07, conforme estabelecido no seu art. 9º, determinou que a referida lei terá eficácia a partir do primeiro dia útil seguinte ao da sua publicação, ou seja, 01 de janeiro de 2008.

A Lei nº 11.638/2007 estabeleceu também a contabilização a valor de mercado dos ativos e passivos em reorganizações (incorporação, fusão e cisão), que envolvam partes independentes e vinculadas à transferência de controle. Com a nova determinação, reorganizações societárias de partes independentes, cujo conceito não é previsto na Lei das S/A, utilizadas como meio de aquisição do controle de uma empresa, devem observar esta forma de contabilização.

Considerando as novas mudanças determinadas pela Lei nº 11.638/07, os novos conceitos e os novos controles que deverão ser adotados pelas empresas, entendemos que a CEASAMINAS deva se preparar para o enquadramento até o final do ano base de 2008.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento Financeiro - Seção de Contabilidade.

Providência adotada: As recomendações foram adotadas e as demais estão em implementação conforme Demonstrativos Financeiros.



Relatório: nº039/2008 Provisão para Devedores Duvidosos em valores inferiores aos créditos em atraso

Descrição: Verificamos que a Contadoria está constituindo a Provisão para Devedores sobre o montante dos créditos a receber dos usuários em atraso há mais de seis meses.

Em nossa opinião, este procedimento é correto e atende ao princípio contábil da prudência, embora, constatamos que os usuários denominados Wander Roberto Mello, cujo saldo a receber em 31/12 montava em R\$ 56.257,53 (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), e Visão Empreendimentos Neg. Representações totalizando R\$ 47.891,94 (quarenta e sete mil oitocentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos) não foram provisionadas.

Segundo nos informou a gerência financeira, os dois estabelecimentos pertencem a um mesmo proprietário, um ex-conselheiro da CEASAMINAS.

Como ele detinha um terceiro estabelecimento, o Departamento Jurídico acionou judicialmente o terceiro estabelecimento que nada devia a CEASAMINAS.

Deparando com o erro, retroagiu com a ação e aguarda o desfecho da mesma.

Recomendamos que os valores acima sejam também provisionados contabilmente.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento Financeiro – Seção de Contabilidade.

Providência adotada: Recomendações acatadas e em implementação, conforme orientação da Auditoria.

Relatório: nº 039/2008 FGTS recolhido a menor

Descrição: Verificamos a conta de FGTS a recolher no grupo de passivo circulante e constatamos uma diferença recolhida a menor no valor de R\$ 2.557,03 (dois mil quinhentos e cinquenta e sete reais e três centavos).

Pela conciliação desta conta, o recolhimento a menor ocorreu no ano-base de 2007.



Recomendamos que seja regularizada esta diferença, procedendo o devido recolhimento acrescido dos respectivos encargos financeiros, conforme legislação do FGTS, que determina o seguinte:

O infrator perante o recolhimento da contribuição responderá pela atualização monetária do débito e, sobre o valor atualizado dos depósitos, incidirão ainda juros de mora de 1% ao mês e multa de 20%.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento de Recursos Humanos.

Providência adotada: Regularizado conforme recomendação.

Relatório: nº009/2008 Falta de recolhimento dos Impostos e Contribuições retidos na fonte

Descrição: Verificamos que o Imposto de Renda e as Contribuições Sociais retidas sobre as Notas Fiscais emitidas pelos prestadores de serviços para a empresa configuravam divergências que foram demonstradas pela conciliação contábil que não estão sendo recolhidos aos cofres públicos.

Esclarecemos que esta prática poderá ser interpretada como crime contra ordem tributária e apropriação indébita, *in verbis*:

Lei 8.137/00 conforme segue:

Art. 2º Constitui crime contra a ordem tributária

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

Código Penal:

Art. 168 - Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Recomendamos à Administração da CEASAMINAS regularizar os tributos e contribuições que se encontram em atraso, evitando consequências fiscais indesejáveis, conforme previsto na legislação citada acima.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Pagamento.

Providência adotada: Regularizado conforme recomendação.



Relatório: nº008/2008 Imóveis construídos por terceiros em terrenos da CEASAMINAS

Descrição: Conforme relatado anteriormente, os imóveis construídos por terceiros em terrenos de propriedade da CEASAMINAS, permanecem pendentes de regularização contábil.

Entendemos que a melhor forma de regularizar esta questão seria a realização de uma avaliação destes imóveis e, posteriormente, o registro contábil, mediante apresentação do Laudo do Avaliador, podendo ser realizado por pessoa jurídica ou três pessoas físicas especializadas, nos termos do Artigo 8º, da Lei 6.404/76.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade e Seção de Material, Patrimônio e Transporte.

Providência adotada: Sistema de Gestão em implantação e estudo de avaliação do Patrimônio em execução.

Relatório: nº 038/2008 Prestação de Contas de Adiantamento de Viagem

Descrição: Verificamos o fundo fixo da CEASAMINAS e constatamos a existência de adiantamentos para viagem sem o devido ressarcimento, figurando como pendência de prestação de contas pelo funcionário que realizou a viagem.

No ensejo de nossa visita, no dia 13/02/2009, estavam pendentes de acertos alguns adiantamentos de viagens. Foi realizado o documento da prestação de contas, porém o funcionário não havia ressarcido à CEASAMINAS o saldo do adiantamento a devolver.

Conforme estabelecido no manual de normas e procedimentos da CEASAMINAS, no item 4.1.2, a prestação de contas do empregado deverá ser realizada em até um dia útil após o seu retorno da viagem.

Recomendamos à CEASAMINAS que determine aos seus colaboradores que cumpram os procedimentos ora estipulados em regimento interno, no sentido de regularizar as pendências mencionadas.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Pagamento.

Providencia adotada: Regularizado conforme recomendação.



Relatório: n º 039/2008 Histórico de lançamento não condizente com o fato

Descrição: Verificamos os históricos dos lançamentos contábeis inerentes ao ressarcimento dos custos com a concessão do Vale Transporte aos funcionários da prestadora de serviços Albina Conservação e Serviços Técnicos LTDA, e constatamos que os mesmos não estão demonstrando a realidade dos fatos contábeis ocorridos.

A nossa observação ocorreu em função de o documento anexo ao pagamento não ser uma nota fiscal, e sim um recibo de reembolso de despesas com vale transporte, constando no histórico como pagamento de nota fiscal.

Verificamos ainda que o recibo que lastreia esta operação contábil está sem assinatura por parte da Empresa Albina e com a data do período incorreta, fatos que podem invalidar a veracidade do documento como prova jurídica e fiscal da operação.

Sugerimos maior controle sobre os documentos a serem pagos, exigindo sempre as assinaturas cabíveis de forma a evidenciarem as responsabilidades e fortalecer o sistema de controle interno da CEASAMINAS.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade.

Providência adotada: Regularizado conforme recomendações.

Relatório: n º 039/2008 Reembolso de Vales Transportes a empresa Albina

Descrição: Verificamos o faturamento da Nota Fiscal de prestação de serviço da empresa Albina e constatamos que o valor correspondente a vale transporte, referente ao deslocamento dos empregados da Albina que prestam serviço na CEASAMINAS, não compõe o valor faturado na Nota e que este valor está sendo pago fora da Nota, mediante recibo de compra de vale apresentado pela Albina.



Entendemos que esta prática está em desconformidade com a disposição explicitada no Edital de Licitação, da qual a Albina se sagrou vencedora, que dispõe:

12.1.3 – As planilhas referentes aos vales-transporte e vales-refeição do mês seguinte deverão ser apresentadas e aprovadas pela Ceasaminas até o vigésimo quinto dia do mês corrente. A distribuição de tais benefícios deverá ocorrer obrigatoriamente até o último dia do mês em curso. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura correspondente, os comprovantes de compra e entrega destes benefícios aos seus empregados, objeto deste Edital, para que a Ceasaminas possa efetuar o ressarcimento de tais despesas.

Além de o vale transporte não ser contemplado no faturamento da nota fiscal, informamos que este vem sendo ressarcido pela CEASAMINAS à Albina, pelo valor bruto. Ou seja, o valor está sendo ressarcido sem o desconto da parte dos empregados, que também são responsáveis pelo custeio deste benefício.

O ressarcimento do valor do vale transporte sem o desconto da parte dos empregados implica em oneração desmotivada do contrato, sendo a Albina beneficiada, pois retém estes valores e não os repassa no desconto.

Recomendamos que a CEASAMINAS solicite à Albina que inclua no valor a faturar da Nota Fiscal de prestação de serviços, o valor do vale transporte, já deduzido o desconto da parte dos empregados.

Responsável pela Implementação: Seção de Gestão de Contratos Terceirizados.

Providência adotada: Está elaborando um estudo técnico visando esclarecer tal procedimento.

Relatório: n.º 039/2008 Acúmulo de cargo de empregados recepcionistas da empresa Albina

Descrição: Verificamos as relações de trabalho dentre os empregados terceirizados que prestam serviços na CEASAMINAS, da empresa Albina, e constatamos que as prestadoras de serviço, cujo cargo contratual fora firmado como recepcionista, exercem cumulativamente o cargo de secretária.

Consoante descrição das atividades pelo Código Brasileiro de Ocupação (CBO), estas relacionadas ao cargo de recepcionista compreendem:



- ✓ Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes;
- ✓ Prestam atendimento telefônico e fornecem informações;
- ✓ Marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes;
- ✓ Averiguam suas necessidades e dirigem ao lugar ou à(s) pessoa(s) procurada(s);
- ✓ Agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares;
- ✓ Observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas;
- ✓ Fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.
- ✓ Em análise *in loco* das atividades efetivamente exercidas pelas recepcionistas, identificamos que, com exceção da recepcionista da entrada da administração, as outras laboram diretamente para as chefias, exercendo atividades inerentes ao cargo de secretária além das suas pactuadas contratualmente, quais sejam:
- ✓ Assessoram os executivos no desempenho de suas funções gerenciando informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos;
- ✓ Coordenam e controlam equipes (pessoas que prestam serviços a secretária: auxiliares de secretária, office-boys, copeiras, motoristas) e atividades;
- ✓ Controlam documentos e correspondências;
- ✓ Atendem clientes externos e internos;
- ✓ Cuidam da agenda pessoal dos executivos.

Esclarecemos que o acúmulo de cargo acima citado enseja, por disposição normativa coletiva da classe, em pagamento de adicional por acúmulo de cargo, *in verbis*:

CCT/2007 SINDEAC:

CLÁUSULA 41 - ADICIONAL POR ACÚMULO DE CARGO - Quando devidamente autorizado pelo empregador, o empregado que venha a exercer outro cargo, cumulativamente com suas funções contratuais, terá direito a percepção de adicional correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento)



do respectivo salário, respeitado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, adicional este a incidir sobre as horas efetivamente trabalhadas na função acumulada, acrescido dos respectivos reflexos.

TST Enunciado nº 331

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993).

Recomendamos à CEASAMINAS que observe as questões citadas sobre o acúmulo de cargo das recepcionistas, pois o adicional de acúmulo de cargo, se for pleiteado com êxito em juízo, acarretará subsidiariamente responsabilidade por seu pagamento a CEASAMINAS.

Responsável pela Implementação: Seção de Gestão de Contratos Terceirizados.

Providência adotada: Aguarda elaboração de novo concurso público para substituir a mão de obra em apreço.

Relatório: n º 039/2008 Falta de emissão de GFIP das remunerações e dos pagamentos do INSS sobre processo trabalhista

Descrição:

A reclamatória trabalhista movida por Judite Franklin Vidal teve sua sentença proferida em junho/08. Como resultado, a CEASAMINAS foi condenada ao pagamento de indenizações trabalhistas acrescidas de juros e encargos moratórios.

O Juiz determinou ainda que a CEASAMINAS efetuasse o recolhimento do INSS incidente sobre as verbas pagas à autora, que foi dentro do prazo devidamente recolhido aos cofres previdenciários.

Ocorre que não foi elaborado e emitido GFIP própria para informar à previdência os valores pagos na reclamatória trabalhista, bem como seu reflexo previdenciário a ser recolhido.

Recomendamos que seja emitida a GFIP própria às reclamatórias trabalhistas, para fins de atendimento aos dispositivos legais citados.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento de Recursos Humanos



Providência adotada: Regularizado conforme recomendação.

Relatório: n.º 045/2008 Empréstimos da ARBECE com desconto em folha de pagamento

Descrição: Verificamos os descontos nas remunerações dos empregados através da folha de pagamento e constatamos descontos a título de empréstimo realizado pela ARBECE ao empregado, em desconformidade com a legislação vigente, por não apresentação de autorização legal para tanto, passando a expor:

Com o advento da Medida Provisória nº 130 de 17 de setembro de 2003, convertida na Lei n. 10.820/2003, o governo federal instituiu os procedimentos para autorização de desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento das prestações de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil a empregados regidos pela CLT:

Lei 10.820/03:

Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

*III - instituição consignatária, a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação de arrendamento mercantil mencionada no **caput** do art. 1º;*

Art. 4º A concessão de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil será feita a critério da instituição consignatária, sendo os valores e demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições desta Lei e seu regulamento.

§ 7º É vedada aos empregadores, entidades e centrais sindicais a cobrança de qualquer taxa ou exigência de contrapartida pela celebração ou pela anuência nos acordos referidos nos §§ 1º e 2º, bem como a inclusão neles de cláusulas que impliquem pagamento em seu favor, a qualquer título, pela realização das operações de que trata esta Lei, ressalvado o disposto no § 2º do art. 3º.

Como pôde ser evidenciada na legislação acima colacionada, a ARBECE precisaria de autorização legal para operar empréstimos através de descontos em folha de pagamento a este título, ensejando a prática em crime contra o sistema financeiro nacional, *in verbis*:

Lei 7.492/86:

Art. 16. Fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração falsa, instituição financeira, inclusive de distribuição de valores mobiliários ou de câmbio:

Pena - Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.



Recomendamos que a ARBECE solicite a autorização legal para realização de empréstimos. Caso não possua, que não faça mais empréstimos aos empregados com descontos em folha de pagamento, pelos motivos acima referenciados.

Setor Responsável pela Implementação: Diretoria da Arbece / Departamento de Recursos Humanos.

Providência adotada: Processo em fase de regularização. Todos os empréstimos foram suspensos.



Relatório: n.º 08/2008 e 039/2008 Falta de centralização de documentos no DEREH para análise da Auditoria Externa e de órgãos fiscalizadores

Descrição: Solicitamos para análise as pastas funcionais dos empregados menores aprendizes e os contratos de prestação de serviço de profissionais autônomos ao DEREH e este nos informou que não detém estes documentos em seus arquivos. As pastas dos menores aprendizes ficam de posse da CORCE e os contratos de prestação de serviço dos profissionais autônomos ficam de posse do SEPAG. Entendemos que o controle dos documentos acima mencionados haveria de ser feito pelo DEREH, pois se tratam de documentos que regem relações de trabalho, e o setor próprio para controle e fiscalização destes é o departamento de recursos humanos. Entendemos ainda que este fato fragiliza os controles internos, além de dificultar a disponibilização desta documentação para análise da Auditoria e a fiscalização. Recomendamos que sejam controlados e arquivados junto ao DEREH todos os documentos de amparo às relações de trabalho, no caso, as pastas funcionais de menores aprendizes e os contratos de prestação de serviço de profissionais autônomos e uma cópia destes enviados aos setores do SEPAG e CORSE.

Responsável pela Implementação: Departamento de Recursos Humanos.

Providência adotada: Organização em andamento.

Relatório: n.º 18/2008 e 39/2008 Deficientes físicos e beneficiários reabilitados no quadro funcional da CEASAMINAS

Descrição: Verificamos a quantidade de deficientes físicos e beneficiários reabilitados ativos no quadro funcional da CEASAMINAS e constatamos que esta possui apenas três deficientes físicos ativos em um universo de 232 (duzentos e trinta e dois) empregados em setembro de 2008, em desconformidade com a legislação vigente, *in verbis*:

Lei 8.213/91

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos



com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I – até 200 empregados.....2%;*
- II – de 201 a 500.....3%;*
- III – de 501 a.....4%;*
- IV – de 1.001 em diante.....5%.*

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Decreto 3.298/99

Art. 36. *A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:*

- I - até duzentos empregados, dois por cento;*
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;*
- III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou*
- IV - mais de mil empregados, cinco por cento*

Esclarecemos que a falta de atendimento ao disposto na legislação citada pode ensejar em pagamento de multa a ser estipulada pelo órgão competente, em análise ao fato concreto por deficiente ou reabilitado não contratado em relação à porcentagem de quotas obrigatórias.

Recomendamos à CEASAMINAS que, através de concurso, ocupe vagas de emprego com deficientes físicos e beneficiários reabilitados, para fins de atendimento à legislação vigente:

Decreto 3.298/99

Art. 39. *Os editais de concursos públicos deverão conter:*

- I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de deficiência;*
- II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;*
- III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato; e*
- IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.*

Setor Responsável pela Implementação: Departamento de Recursos Humanos.

Providência adotada: A ser regularizado conforme minuta do novo Edital do concurso público.



Relatório: n° 039/2008 Participações societárias em telefônicas

Descrição: Constatamos que a CEASAMINAS possui registrada, em seu investimento, participações minoritárias em empresas de telecomunicações, no montante de R\$ 224.882,00 (duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2008. Contudo, não nos foi apresentado, certificado de aquisição destas ações ou extratos atualizados destes valores.

Informamos que estas ações não devem ser de propriedade da CEASAMINAS, conforme prevê o decreto n° 1.068, de 2 de março de 1994, *in verbis*:

Art. 1º Ficam incluídas no Programa Nacional e Desestatização (PND), na forma do disposto no art. 2º, § 2º, da Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990, as participações societárias minoritárias de que são titulares as fundações, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União.

Art. 2º As ações de que são titulares as entidades referidas no artigo anterior, representativas das participações societárias minoritárias, deverão ser depositadas no Fundo Nacional de Desestatização (FND), no prazo máximo de trinta dias, contados da publicação deste decreto.

Recomendamos que estes valores sejam devidamente identificados e regularizados na contabilidade.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade.

Providências adotadas: Regularizado conforme recomendação.

Relatório: n° 039/2008 Adequação das aplicações financeiras às normas da lei 11.638/07

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade.

Descrição: Com o objetivo de orientação, relacionamos alguns pontos a serem analisados e, caso necessário, revistos no processo de contabilização das aplicações financeiras. Observamos que existem aplicações financeiras no montante de R\$ 7.111.025,21 (sete milhões cento e onze mil vinte e cinco reais e vinte e um centavos).

Caso haja intenção da CEASAMINAS em mantê-las até o seu vencimento, no caso de aplicações de longa data, ou resgatá-los com prazo superior a 90 dias, a sua



reclassificação deve ser revista e, conforme o caso, serem transferidas para grupos específicos no Circulante ou Realizável a Longo Prazo.

Providência adotada: Regularizado.

Relatório: n ° 039/2008 Reserva de Incentivo Fiscal

Descrição: A CEASAMINAS possui registrada no grupo de investimento um montante de R\$ 49.793,12 (quarenta e nove mil setecentos e noventa e três reais e doze centavos), referente a incentivos fiscais.

Informamos ainda que, com base no Despacho Decisório DRF/COM PRPCESSO n°13603.001241/00-10, emitido pelo Ministério da Fazenda em 20 de agosto de 2007, o lançamento ocorreu no ano de 2007 e desde esta data não houve qualquer tipo de atualização.

Recomendamos que seja feita a atualização ao valor de mercado através de documentação suporte. Caso seja identificada a inconsistência deste valor, que seja efetuado o devido ajuste.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade

Providência adotada: Regularizado conforme recomendação.

Relatório: n ° 037/2008 Inconsistência na provisão de férias.

Descrição: Verificamos que a conta contábil provisão de férias está divergente do relatório emitido pelo DEREH.

A título de ilustração, demonstramos a seguir os valores contabilizados em relação ao relatório:

Meses	Valor Contabilizado	Valor conforme Relatório	Diferença



out/08	738.461,66	732.329,88	6.131,78
nov/08	795.721,59	786.389,75	9.331,84
dez/08	813.177,44	800.605,20	12.572,24

Segundo a Contadoria, estas divergências são oriundas de falhas no sistema gerador do relatório de provisão de férias.

Fomos informados pela Diretoria Financeira de que está sendo negociada com a RM Sistemas a possibilidade de manutenção no sistema, para fins de regularização das deficiências.

Recomendamos que os relatórios extra contábeis sejam adequados às novas mudanças ocorridas na lei 11.638/07 ou outras pertinentes.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento de Recursos Humanos.

Relatório: n ° 001/2008 Inventário De Caixa Exercício de 2008

Descrição: Analisando o período de validade das Notas Fiscais, constatamos que a N. F. nº. 1.689, emitida em 04/12/2007 pela empresa Bom Sinal Sinalização, foi aceita indevidamente, pois o seu prazo limite para emissão é de 29/09/2006. Recomendamos que setores envolvidos com o aceite de notas fiscal passem a observar o prazo de validade das mesmas.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Tesouraria.

Providência adotada: Regularizado conforme recomendação.

Relatório: n ° 08/2008 Comissão Especial Inventário Físico Almoxarifado 2007

Descrição: Consideramos que as inconsistências apontadas no sistema integrado estão sendo solucionadas, sugerimos que a equipe se mantenha empenhada no propósito de sanar todas as irregularidades encontradas, para que tenhamos um sistema confiável e seguro, uma vez que o relatório apresentado pela comissão é consistente.



Com relação aos materiais inservíveis, sugerimos que a autoridade competente autorize a baixa dos mesmos, descartando-os da forma que prevê a legislação, uma vez que, em virtude do avanço tecnológico, não terão mais utilidade, tanto nesta empresa quanto em qualquer outra. Esta medida desonera o estoque e dispensa o trabalho de manutenção e controle.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Material, Patrimônio.

Providência adotada: Em implementação conforme andamento do trabalho, implantação do sistema integrado de gestão.

Relatório: n º 09/2008 Seção De Pagamento

Descrição: Diante das nossas observações, recomendamos às Seções envolvidas maior esforço nas questões de interação no sistema informatizado, para realização de um trabalho coeso e seguro. Sob este aspecto recomendamos:

- a) Quanto à conferência, solicitar ao responsável pelo recebimento do serviço ou produto os esclarecimentos necessários em caso de divergência da NF com a Autorização de Fornecimento;
- b) Com relação à programação de pagamentos, que os prazos concedidos pelo fornecedor sejam cumpridos, tanto em processos de compras, quanto nos serviços, de forma que não implique em distorções no fluxo de caixa;
- c) Compete à SEPAG verificar as divergências existentes entre os produtos requisitados na Autorização de Fornecimento e o constante da NF.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Pagamento.

Providência adotada: Em implementação, conforme andamento do trabalho de implantação do Sistema Integrado de Gestão.

Relatório: n º 012/2008 Inventário Imobilizado 2007



Descrição: Recomendamos a separação do SEMPT em dois setores, sendo um para controlar os estoques de material de consumo, limpeza, conservação e reparos; e outro para controlar a movimentação do patrimônio e emitindo o termo de encerramento do inventário e termo de responsabilidade.

Sugerimos a criação de uma comissão especial para o levantamento dos bens da CEASAMINAS cedidos a terceiros, bem como o levantamento dos bens de terceiros que estão distribuídos entre os setores administrativos da CEASAMINAS.

Sugerimos, após tal levantamento, a transferência dos bens, com fundamento em bases legais, e a conseqüente baixa no registro da Contabilidade.

Sugerimos que seja feita nova pintura no veículo Ford/Jeep, restaurando sua cor original, e que o SEMPT acompanhe o trabalho de restauração do mesmo.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Contabilidade/ Seção de Material, Patrimônio e Transporte.

Providência adotada: Regularizada conforme recomendação exceto o JEEP.

Relatório: n º 016/2008 Unidade De Uberlândia

Descrição: Considerando as sugestões inseridas neste trabalho, recomendamos sua aplicação imediata no que concerne às decisões da Unidade e às providências administrativas cabíveis, quanto aos itens abaixo:

- a) Recomendamos observar a legislação no que diz respeito ao limite de gastos com Fundo Fixo.
- b) Recomendamos Implantar o controle de recebimento e utilização dos formulários, e fazer o controle por data de entrada e de saída e número do formulário, assinatura do responsável.
- c) Conferência das guias de romaneio de entrada de mercadorias com atestado de produção a fim de regularizar os atestados vencidos;



- d) A mudança do relógio de ponto para a Administração a fim de proporcionar maior segurança para as pessoas que manuseiam dinheiro, e evitar tumulto e insegurança das pessoas que manuseiam valores em espécie no local de atendimento e caixa;
- e) Sugerimos um estudo da administração para cobrança do espaço, da CeasaMinas, utilizado para colocação de contêineres na frente das lojas;
- f) Recomendamos maior atenção para a regularização dos meios de prevenção contra incêndio;
- g) Solicitar que a CPL repasse todas as informações referentes ao usuário vencedor das licitações para emissão do boleto de cobrança;
- h) Com relação à cobrança após a licitação, sugerimos a regulamentação através de atos que contemple as diversas situações que ocorrem, para evitar que pagamentos fiquem pendentes conforme citado: (CI 165/08 item 10.2 do relatório);
- i) Recomendamos à Gerência empenhar-se com seus colaboradores, através de reuniões, quanto ao comprometimento desses com o sucesso na implantação do novo programa; envia esforços para conscientização dos produtores com relação aos procedimentos e normas de mercado.

Setor Responsável pela Implementação: Gerente da Unidade

Providência adotada: Recomendações acatadas, exceto os itens “a”, “e” e “h”, que estão em fase de implantação.

Relatório: n ° 032/2008 Unidade de Juiz de Fora

Descrição: Considerando as sugestões inseridas neste trabalho, recomendamos sua aplicação imediata no que concernem às decisões da Unidade, e as providências administrativas cabíveis, quanto aos itens abaixo:



- a) Recomendamos observar a legislação no que diz respeito ao limite de gastos com Fundo Fixo.
- b) Sugerimos que seja criado um Ato Normativo específico para o Fundo Fixo, para orientar o cumprimento dos procedimentos exigidos pela legislação vigente;
- c) Recomendamos Implantar o controle de recebimento e utilização dos formulários, e fazer o controle por data de entrada e de saída e número do formulário, assinatura do responsável.
- d) Recomendamos fazer a conferência das guias de romaneio de entrada de mercadorias com atestado de produção a fim de regularizar os atestados vencidos;
- e) Sugerimos que o DEJUR se manifeste quanto ao entendimento do Fundo Fixo.
- f) Recomendamos que os orientadores de mercado devem formalizar o registro junto ao CREA-MG e providenciar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) Desempenho de Cargo junto ao CREA-MG.
- g) Recomendamos que seja feito um convênio com a Polícia Militar, a fim de implementar um policiamento mais adequado as necessidades da Unidade;
- h) Recomendamos ao Gerente da Unidade solicitar da Associação e a Padaria, as certidões negativas atualizadas.

Setor Responsável pela Implementação: Gerente da Unidade

Providência adotada: As recomendações acatadas não foram suficientes para sanar todas as falhas detectadas, e os setores envolvidos estão estudando novas formas para se sanar as falhas apontadas.

Relatórios: n.º 020, 024, 035, 048, 049 e 055/2008 Processos Licitatórios



Descrição:

- a) Recomendamos que o Termo de Designação da Equipe de Apoio seja atualizado.
- b) Recomendamos que todos os pareceres técnicos sejam anexados ao processo.
- c) Recomendamos que os futuros contratos tragam, de forma clara e direta, o preço total da aquisição/serviço.
- d) Recomendamos à CPL utilizar o *check-list* sugerido por esta auditoria, encaminhado em anexo ao relatório nº002/07.
- e) Ressaltamos que o *check-list* mencionado deverá ser anexado na contracapa do respectivo processo licitatório.
- f) Editais, minutas e anexos devem ser impressos de forma clara e legível;
- g) É indispensável a assinatura, no Termo de Referência, da autoridade competente conforme dispõe o artigo 9º, inciso II do Decreto nº. 5.450/05: *“aprovação do termo de referência pela autoridade competente;”*
- h) Organização do processo em ordem;
- i) Todos os documentos originais devem ser anexados ao processo (art. 38, IV da Lei 8.666/93).
- j) Vários deles estão com cópias de contrato e outros documentos importantes;
- k) Todos os documentos originais sejam anexados ao processo.
- l) Todos os documentos devem ser devidamente assinados por todos os envolvidos.
- m) Todos os comprovantes de publicação referentes às informações e divulgação da licitação sejam anexados ao processo.
- n) Quando se tratar de Convite, observar os dispositivos constantes do § 3º, art. 22 da Lei nº 8.666/93 no que concerne o número mínimo de interessados e inclusão de novos participantes;
- o) Observar, na autuação do processo, a inclusão indevida de documentos (item 5 – constatações: documento de fls. 58);



- p) Os termos de declarações só poderão ser assinados por representantes legalmente constituídos;
- q) As cópias de documentos que não forem autenticadas em Cartório, o procedimento deve ser feito por membro da Comissão Permanente de Licitação. Citamos o caso de documentos de identidade sem autenticação;
- r) As cópias dos documentos de identidade dos representantes das empresas licitantes devem ser anexadas aos processos, salientando que as mesmas devem estar devidamente autenticadas, seja por cartório ou por servidor da administração (artigo 32 da Lei 8.666/93 – Redação dada pela Lei 8.883/94);
- s) Todos os anexos do edital devem fazer parte do processo.
- t) A aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente é condição essencial para a realização do processo licitatório.
- u) O prazo entre a divulgação e realização da licitação, no caso de Pregão, não deve ser inferior a oito dias úteis. Assim, recomendamos que, caso haja necessidade de retificação do edital, seja aberto novo prazo a partir de sua data de publicação, a fim de se evitar quaisquer interpretações dúbias quanto à legitimidade do processo.

Setor Responsável pela Implementação: Presidente da CPL

Providência adotada: A maioria das recomendações foi acatada de imediato pela CPL. Já aquelas que não puderam ser acatadas de imediato deverão ser regularizadas nas próximas licitações.

Relatório: n º 50/2008 Unidade de Caratinga

Descrição:

- a) A Gerência deverá fazer uma ressalva, quando houver necessidade de alteração na escala;
- b) Sugerimos que, através de seus representantes legais, a Ceasaminas faça um Convênio com Polícia Militar de Caratinga, a exemplo do que ocorre em outras unidades, para garantir a segurança do entreposto, pelo menos nos dias de maior fluxo de mercado;



- c) A cobrança dos 10% sobre o valor total do carnê só deverá ser feita com o convênio em vigência e apenas com relação aos produtores associados;
- d) O Gerente da Unidade deverá formalizar a denúncia do fato ao responsável pela fiscalização do contrato, que é o chefe do Departamento Técnico, para poder tomar providências junto à EMATER, solucionando, destarte, o problema.
- e) Sugerimos promover um treinamento para os funcionários envolvidos com a rotina do sistema informatizado do MLP;
- f) Sugerimos que seja instituída uma planilha eletrônica para o controle dos formulários requisitados do almoxarifado, nos moldes realizados na Unidade de Juiz de Fora;
- g) A Gerência da unidade, juntamente com o Departamento de Engenharia deverá verificar a situação atual, e estudarem uma forma de viabilizar a construção do trevo de acesso para a Unidade de Caratinga.

Setor Responsável pela Implementação: Gerente da Unidade.

Providência adotada: Recomendações Acatadas.

Relatório: n º 07//2008 e 22/2008 Departamento de Planejamento

Descrição:

- a) Recomendamos que, ao elaborar o orçamento, sejam anexados a metodologia
- b) utilizada e base de cálculo para a projeção de receitas e despesas.
- c) Recomendamos que seja feita uma reprogramação orçamentária para adequar o orçamento às necessidades da empresa e adequação do investimento a possibilidade real de sua efetivação.
- d) Recomendamos observar o art 73, VII, da Lei 9.504/97.



- e) Recomendamos que seja feita uma reformulação do orçamento para melhor adequação dos itens que ultrapassaram o limite de previsão para o período de janeiro a maio/08.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento de Planejamento.

Providência adotada: Recomendações Acatadas.

Relatório: n ° 025/2008 Seção De Expediente

Descrição:

- a) Sugerimos que o controle de assinaturas de jornais, revistas e periódicos seja repassado para as áreas interessadas e beneficiada, pois muitas vezes não é feita nenhuma comunicação ao Setor de Expediente, dificultando o seu controle. Além disso, o Setor de Expediente tem que ficar procurando o setor responsável pela assinatura para saber dados importantes, como valor e prazo da assinatura.
- b) Sugerimos adequar a requisição de xérox à realidade atual.
- c) Sugerimos o atendimento das necessidades do setor de arquivo e ampliação da área a ser utilizada.

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador do Expediente.

Providência adotada: Recomendações Acatadas.

Relatório: n ° 029, 034 e 54/2008 Sistema Integrado De Gestão

Descrição: Recomendamos que sejam levantados os itens de compras freqüentes que devem ser licitados, para que sejam feitos contratos através do Sistema de Registro de Preços, objetivando não estourar o limite de Dispensa de Licitação, e que também ocasionará a diminuição de requisições eventuais;



Recomendamos a alocação de um funcionário no SEMPT para que faça uma filtragem nas requisições recebidas com a finalidade de barrar requisições que poderiam ser atendidas pelo estoque e/ou com especificações incompletas;

Devido ao grande volume de requisições da Seção de Manutenção, recomendamos concentrar suas requisições 1 (uma) vez por semana, salvo as emergenciais. Porém, os serviços solicitados à SEMAN deverão ser realizados com uma semana de antecedência para seu início;

Outra opção sugerida seria a concentração das requisições semanalmente pela Seção de Compras por tipo de compra (material elétrico, hidráulico, construção, papelaria, informática, eventos, etc). Desta forma, cabe à SECOP avaliar qual a melhor forma de normatizar as requisições para não sobrecarregar o setor, divulgando aos demais setores da empresa;

Recomendamos a elaboração de um manual interno de normas para aquisição de imobilizado, considerando a legislação e as peculiaridades intrínsecas da CEASAMINAS, tais como tarifas de uso (TU) e Recuperação de Despesas Comuns (RDC) e chapeamento dos bens.

Recomendamos que seja extinto este procedimento da requisição provisória e utilizar apenas o sistema integrado RM para requisições de material de conservação e reparo;

Recomendamos a elaboração de normas e procedimentos visando a padronização das Notas Fiscais/Faturas de Prestação de Serviços e Materiais, para apuração de impostos.

Setor Responsável pela Implementação: Departamento de Informática e Comissão Específica.

Providência adotada: Todos os itens foram implementados porém, existe a necessidade de constantes adequações.

Relatório: n ° 047/2008 Seção de Material, Patrimônio e Transporte



Descrição: Recomendamos que sejam apuradas as responsabilidades das multas e autuações dos veículos da empresa.

Recomendamos orientar os motoristas a discriminar o destino e o setor que estiver utilizando o veículo, evitando escrever “diversos” e “vários”.

Recomendamos que todos os veículos devem ter o controle de saída de veículos, inclusive os veículos à disposição do PRODAL e Manutenção.

Recomendamos que seja encaminhado ao DIRFIN ofício com a relação dos setores que não assinaram os Termos de Responsabilidade dos bens patrimoniais sob a sua responsabilidade, para que as devidas providências sejam adotadas.

Recomendamos que seja feito um acompanhamento periódico, pelo fiscal de contrato, verificando a situação das empresas contratadas, perante o INSS e FGTS, e anexando na pasta de contratos as certidões negativas.

Setor Responsável pela Implementação: Seção de Material, Patrimônio e Transporte.

Providência adotada: Com exceção dos dois primeiros itens que ainda possuem algumas falhas de preenchimento, os demais foram regularizados conforme recomendação.

Relatório: n º 054/2008 Seção de Compras

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador do Setor de Compras

Descrição: Recomendamos que a CPL, em conjunto com setores solicitantes, elabore com maior clareza a documentação de motivação do processo dos processos licitatórios.

Recomendamos que o SEMPT e o SECOP fiquem mais atentos, para vincular a Ordem de Fornecimento ao contrato correto.

Recomendamos que, para todo contrato firmado, seja elaborada uma Resolução de Diretoria, objetivando formalizar as responsabilidades sobre os atestados de recebimento de serviço e materiais.



Remendamos que o SEPAG e SECOP devolvam as documentações/processos de compras que não estiverem completos ou que possam gerar questionamentos futuros.

Recomendamos que os fiscais de contrato notifiquem os fornecedores toda vez que os mesmos não cumprirem o contrato.

Recomendamos a elaboração de uma Resolução de Diretoria nomeando o Fiscal de Contrato para todos os contratos firmados entre a CEASAMINAS e seus fornecedores.

Sugerimos que a SECOP mantenha um rigoroso controle sobre as compras de sua responsabilidade, a fim de evitar fracionamento, bem como a aplicação das normas e legislação pertinente ao assunto, pois procedimentos desta natureza podem ter interpretação dúbia perante os órgãos fiscalizadores externos.

Recomendamos que SEMPT, DEMFA e o SECOP estabeleçam um canal mais estreito de relação, objetivando evitar diversos processos licitatórios com a mesma finalidade.

Relatório: n º 044/2008 Departamento De Engenharia Manutenção Física e Ambiental

Descrição:

- a) A nossa sugestão quanto à fiscalização de obra de concessionário é que as visitas devem ser mais intensificadas, para evitar que obras não-autorizadas sejam iniciadas sem o conhecimento da engenharia. As mesmas devem ser fiscalizadas por técnicos, uma vez que não é atribuição de orientador de mercado;
- b) As construções a título oneroso de concessionários também devem ser acompanhadas periodicamente, para que não haja distorções nos projetos originais;
- c) As obras concluídas deverão ser informadas à contabilidade com as respectivas planilhas de custo para incorporação ao patrimônio da empresa;



d) As obras e serviços de execução direta da Administração devem seguir atentamente as normas estabelecidas pela Lei 8.666/93 em seus artigos mencionados no item 2.2.

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador do Departamento de Engenharia.

Providência adotada: Com exceção da letra “a”, que está sendo discutida uma melhor forma de ser executada as demais foram regularizadas conforme recomendação.

Relatório: n ° 040/2008 Seção de Informação de Mercado

Descrição: Avaliar nossa sugestão quanto ao arquivamento de Romaneios e cópias de Notas Fiscais para posterior descarte;

Providenciar um local adequado para guarda provisória desses documentos;

Aprimorar o preenchimento dos romaneios para obter informações mais precisas;

Analisar o sistema de digitação de dados com relação às informações da VAF em face das divergências apontadas.

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador do Setor de Informação e Mercado

Providência adotada: Recomendações acatadas conforme recomendação

Relatórios: n ° 041/2008 Seção de Logística de Mercado

Descrição:

- ✓ Diante das nossas explanações, opiniões de terceiros e análise dos fatos, permitimo-nos apresentar as críticas que recebemos em forma de sugestões:



- ✓ Fazer um pacto com os usuários do entreposto que recebem maior quantidade de cargas, para fidelizar ao uso exclusivo da balança por meio de contrato com condições mais vantajosas;
- ✓ Adotar venda de ticket para utilização da balança, com isto circularia menos dinheiro no caixa;
- ✓ Sinalizar a localização da balança de forma a divulgar a sua existência no entreposto;
- ✓ Em caso de transferência, adotar um sistema de saída direta sem manobras na portaria;

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador do Departamento de Operações de Mercado

Providências adotadas: Recomendações acatadas conforme recomendação exceto o último item, em função da falta de área disponível no momento

Relatório: n ° 045/2008 ARBECE – Associação Recreativa Beneficente dos Empregados da CEASA

Descrição: Recomendamos que DEREH e ARBECE se entrem quanto à emissão da relação de descontos, inclusão e exclusão de empregados no quadro de pessoal da empresa, a fim de se atualizar o cadastro dos participantes e evitar descontos indevidos ou incorretos:

- ARBECE e SECON devem confrontar os dados da conta de conciliação de repasses da associação, a fim de se sanar as divergências.
- A associação também deve solicitar, com antecedência, informações ao DEREH sobre o valor a ser descontado do empregado, relativamente à sua participação de 1% (um por cento) sobre o salário base.
- Considerando-se que a associação não deve ter acesso à Folha de pagamento, as alterações incluídas no relatório devem retornar ao DEREH;
- Todo valor, objeto de desconto em folha de pagamento, deve ser incluído, pela ARBECE, na relação nominal dirigida à CEASAMINAS, com a identificação da associação;



- Todo e qualquer valor, objeto de desconto em folha de pagamento do empregado participante deve ser assinado e autorizado pelo mesmo. Segundo dispõe a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é vedado efetuar qualquer desconto no salário do empregado, salvo quando se tratar de adiantamentos ou dispositivos em contrato coletivo. Em face do que dispõe a lei, a associação vem cumprindo a exigência legal;
- Todas as faturas, notas fiscais e comprovantes de despesas referentes a serviços com desconto na folha de pagamento dos associados devem ser mantidas juntas à documentação de movimento bancário da associação.

Setor Responsável pela Implementação: Presidente da ARBECE

Providência adotada: A presidência da Associação em tela está avaliando as recomendações realizadas

Relatório: n.º 017/2008 Tesouraria

Descrição: Recomendamos que se estabeleça melhor entrosamento entre: DEREH, SEPAG e SETES, visando a integração do sistema ERP, de modo a alcançar os objetivos desejados. Para tanto, deve cada seção procurar os meios adequados de reparar e eliminar as distorções encontradas para o bom funcionamento do sistema.

- a) As Seções envolvidas, através de suas chefias, devem tomar as devidas providências junto à empresa que implantou o sistema, interagir com o Departamento de Informática, solicitar a correção das falhas para sanar as irregularidades;
- b) Providenciar o ressarcimento dos vales pendentes através da prestação de contas;
- c) Declarar a data em que o documento foi recebido para liquidação. Determinar que em todos os despachos de um setor para outro, seja colocada a respectiva data conforme citamos no item 2.1.2;



- d) Exigência do Termo de Responsabilidade de acordo com item 7.3. com uma redação melhorada que contemple todas as situações possíveis.

Setor Responsável pela Implementação: Coordenador da Seção de Tesouraria

Providência adotada: Recomendações acatadas

Relatório n º 018/2008 Departamento De Recursos Humanos

Descrição:

- a) Recomendamos ao DEREH revisão dos saldos de horas do Banco de Horas, analisando as horas que já ultrapassaram o prazo de 90 (noventa) dias, e horas extras de feriados, encaminhando para Diretoria autorizar o pagamento.
- b) Recomendamos revisão dos termos e critérios do Acordo Coletivo 2007, ajustando a legislação vigente.
- c) Recomendamos que qualquer desconto em folha de pagamento, de contribuições assistencial, confederativa e associativa somente poderão ser realizadas com a devida autorização do empregado.

Setor Responsável pela Implementação: Depto. Dos Recursos Humanos

Providência adotada: Recomendações acatadas

Recomendações Efetuada Pela Controladoria Geral da União- CGU/MG

a) Relatório: 208211/2007

Descrição: atualizar os dados cadastrais de todos os concessionários e/ou permissionários, observando as disposições contidas na Lei nº 8.987/1995, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.445/2007



Providência adotada: Após a publicação do ACÓRDÃO Nº. 1398/2007 – TCU – PLENÁRIO, Sessão ordinária de 25/7/2007 e seu conhecimento pela Diretoria Executiva da CeasaMinas, ficou decidido prazo, para que todos os Permissionários/Concessionários dos Entrepósitos apresentassem as documentações necessárias à atualização dos dados cadastrais, objetivando a regularização de todas as pendências.

Isto posto, sob a coordenação do Departamento Técnico da empresa, o processo foi iniciado e, nesta primeira fase, todas as situações foram colocadas na mesa, sendo que a partir deste ponto foram verificados os documentos necessários.

Setor Responsável pela implementação: Departamento de Operação de Mercado

b)Relatório: 208211/2007

Descrição: regularizar todas as pendências, reconhecendo a validade e o devido encadeamento dos contratos de Concessão Remunerada de Direito Real de Uso observando as disposições contidas na Lei nº 8.987/1995, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.445/2007

Providência adotada: O processo de regularização incluiu, para cada área, o último termo de permissão/concessão e/ou transferência homologada assinados pela CeasaMinas, as documentações estão sendo confrontadas, e os demais documentos necessários em decorrência de quaisquer alterações societárias efetuadas.

Considerando o novo sistema de Cadastro SINCRONIZADO de empresa formalizado entre a JUCEMG, Receita Federal, Receita Estadual e Prefeitura Municipal as documentações mencionadas acima estão sendo solicitadas para a regularização deste item Salientamos que novo sistema sincronizado algumas das documentações não estão sendo mais solicitadas.

Setor Responsável pela implementação: Departamento de Operação de Mercado



c) Relatório: 208211/2007

Descrição: efetuar o recebimento das tarifas decorrentes de eventuais alterações contratuais

Providência adotada: Os recebimentos estão sendo efetuados na medida em que os contratos são regularizados e assinados entre as partes.

Sector Responsável pela implementação: Departamento de Operação de Mercado

d) Relatório: 208211/2007

Descrição: promover a assinatura de novo contrato de Concessão Remunerada de Uso, com prazo determinado, única espécie a vigorar na empresa doravante.

Providência adotada: Conforme os contratos assinados recentemente, este item está sendo regularizado.

Sector Responsável pela implementação: Departamento de Operação de Mercado

13- Determinações e Recomendações do TCU

Nº DO ACORDÃO Nº 333/2008 – Segunda Câmara – TCU

Descrição: 1.1.- providenciar, no prazo de trinta dias, o ressarcimento do montante pago indevidamente, junto à empresa “ACE Auditoria e Consultoria Ltda.”, atualizada monetariamente, referente a pagamentos em duplicidade previstos no contrato 19/04/2001, efetuados por intermédio da Nota Fiscal 2026, no montante original de R\$ 8.915,75;

Responsável pela implementação: Gestor da Empresa à época (2006) – Amarildo de Oliveira.



Providências adotadas: Valor devidamente restituído aos cofres da CEASAMINAS. Salientamos que o valor foi ressarcido a esta Estatal em 27/12/2006, em função da recomendação da Auditoria da Controladoria Geral da União (Relatório 175424) realizada no exercício de 2006.

Nº DO ACORDÃO Nº 333/2008 – Segunda Câmara – TCU

Descrição: 1.2.- providenciar, caso ainda não o tenha feito, no prazo de trinta dias, o restabelecimento da conta específica do Convênio de Mútua Cooperação n. 11949, celebrado em 29/12/2004 com a Secretaria de Estado e Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/MG, com os respectivos saldos remanescentes e aplicações financeiras.

Responsável pela implementação: Gestor da Empresa à época (2006) – Amarildo de Oliveira.

Providências adotadas: A conta jamais foi encerrada. A conta corrente em tela recebia valores referente as receitas auferidas, as despesas eram controladas através de conta gráfica uma vez que a SEAPA não tinha saldo para cumprir com as suas obrigações e o saldo apresentava-se sempre deficitário. Esclarecemos que era inviável a paralisação das atividades do (MLP) entreposto de imediato, pois causaria danos incalculáveis para produtores comerciantes e consumidores finais. Considerando as condições esposadas acima o convênio foi denunciado e firmado outro convênio onde foram estabelecidos novos mecanismos objetivando sanar as lacunas do convênio anterior.

Nº DO ACORDÃO Nº 2426/2008 – TCU – 2º Câmara

Descrição: 1. Retificar o Acórdão nº 333/2008 – TCU – 2º Câmara, Ata nº 5/2008 da Sessão de 4/3/2008, onde se lê os nomes dos responsáveis para LUIZ GONZAGA BAIÃO e PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA.

Responsável pela Implementação: Departamento de Recursos Humanos



Providências adotadas: Ofício encaminhado ao Tribunal de Contas informando o reconhecimento do erro material cometido na elaboração do Relatório de Gestão 2005 da CEASAMINAS

Nº DO ACORDÃO Nº 1398/2007 – TCU – 2º CÂMARA

Descrição: Item 9.3.1. atualize os dados cadastrais de todos os concessionários e/ou permissionários;

Providência adotada: Após a publicação do ACÓRDÃO Nº. 1398/2007 – TCU – PLENÁRIO, Sessão ordinária de 25/7/2007 e seu conhecimento pela Diretoria Executiva da CeasaMinas, ficou decidido prazo, para que todos os Permissionários/Concessionários dos Entrepósitos apresentassem as documentações necessárias à atualização dos dados cadastrais, objetivando a regularização de todas as pendências.

Isto posto, sob a coordenação do Departamento Técnico da empresa, o processo foi iniciado e, nesta primeira fase, todas as situações foram colocadas na mesa, sendo que a partir deste ponto foram verificados os seguintes documentos:

- Certidão Negativa dos Cartórios de Protestos (xérox e original) ou cópia autenticada.
- Certidão Crime (xérox e original) ou cópia autenticada.
- Comprovante de Renda ou Declaração de I.R.
- Identidade e CPF (xérox e original) ou cópia autenticada.
- Comprovante de Endereço – conta de água ou luz – (xérox e original)

Responsável pela Implementação: Departamento de Operações de Mercado e Comissão Específica para o assunto em tela

Nº DO ACORDÃO Nº 1398/2007 – TCU – 2º CÂMARA



Descrição: Item 9.3.2. regularize todas as pendências, reconhecendo a validade e o devido encadeamento dos contratos de Concessão Remunerada de Direito Real de Uso;

Providência adotada: O processo de regularização incluiu, para cada área, o último termo de permissão/concessão e/ou transferência homologada assinados pela CeasaMinas, as documentações estão sendo confrontadas, e os demais documentos necessários em decorrência de quaisquer alterações societárias efetuadas.

Conforme relação de documentos demonstrados abaixo:

- Contrato Social e alterações (xérox e original) ou cópia autenticada.
- CNPJ (xérox e original) ou cópia autenticada.
- Certidão Negativa (xérox e original) ou cópia autenticada.
- Certidão do INSS e FGTS.
- Certidão quanto a Dívida Ativa da União.
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.

Considerando o novo sistema de Cadastro SINCRONIZADO de empresa formalizado entre a JUCEMG, Receita Federal, Receita Estadual e Prefeitura Municipal, as documentações mencionadas acima estão sendo solicitadas para a regularização deste item.

Responsável pela Implementação: Departamento de Operações de Mercado e Comissão Específica para o assunto em tela

Nº DO ACORDÃO Nº 1398/2007 – TCU – 2º CÂMARA

Descrição: Item 9.3.3. efetue o recebimento das tarifas decorrentes de eventuais alterações contratuais;

Providência adotada: Os recebimentos estão sendo efetuados na medida em que os contratos são regularizados e assinados entre as partes.

Responsável pela Implementação: Departamento de Operações de Mercado e Comissão Específica para o assunto em tela



Nº DO ACORDÃO Nº 1398/2007 – TCU – 2º CÂMARA

Descrição: Item 9.3.4. converta os contratos de Concessão Remunerada de Direito Real de Uso e os contratos de Permissão Remunerada de Uso em contratos de Concessão Remunerada de Uso;

Providência adotada: Conforme os contratos assinados recentemente, este item está sendo regularizado.

Responsável pela Implementação: Departamento de Operações de Mercado e Comissão Específica para o assunto em tela

Nº DO ACORDÃO Nº 1398/2007 – TCU – 2º CÂMARA

Descrição: Item 9.3.5. promova a assinatura de novo contrato de Concessão Remunerada de Uso, com prazo determinado, única espécie a vigorar na empresa doravante;

Providências adotadas : Conforme os contratos assinados recentemente, este item está sendo regularizado.

Responsável pela Implementação: Departamento de Operações de Mercado e Comissão Específica para o assunto em tela

Destarte não podemos considerar Integralmente Cumpridos os itens mencionados acima, uma vez que qualquer subitem não apresentado tem que ser considerado parcialmente cumprido. Salientamos que 90% dos processos encontram-se com pequenas pendências de alguns documentos que ainda não foram anexados, em função dos motivos esposados acima.



14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

a)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	25	Não se aplica
Desligamento	14	Não se aplica
Aposentadoria	0	Não se aplica
Pensão	11	Não se aplica

B) Não se aplica

C) Não se aplica

D) Não se aplica

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE Cujo Envio ao TCU foi Dispensado

Não se aplica

16. Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	245	10.378.009,50	226	10.891.176,47	247	12.820.799,09
TOTAL PESSOAL PRÓPRIO	245	10.378.009,50	226	10.891.176,47	247	12.820.799,09

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções confiança sem vínculo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
-----------	------	------	------



	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância	-	1.248.998,86	-	1.411.177,19	103	1.785.780,74
Limpeza	-	1.553.644,89	-	1.714.076,19	150	1.431.292,07
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	-	2.086.645,02	-	2.266.220,82	65	3.283.018,83
Estagiários	24	135.236,63	27	116.136,68	24	150.704,05
Total Pessoal Terc + Estag.	24	5.024.525,40	27	5.507.610,88	342	6.650.795,69

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Obs: Os quadros acima em que os campos de "Despesa" não foram preenchidos A CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – S/A. não possui nenhuma informação a prestar referente ao item mencionado.

DESCRIÇÃO	2008	
	Qtde.	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	106	930.991,06
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	141	11.889.808,03



Total Geral	247	12.820.799,09
-------------	-----	---------------

Fonte: DEREH

17- Outras Informações Consideradas Pelos Responsáveis Como Relevantes Para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão.

Outras informações relevantes para a avaliação da gestão da CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. em especial aquelas sobre o desempenho de suas contas orçamentárias, encontram-se em seu relatório “ADMINISTRATIVO” o qual constitui parte do Processo de Prestação de Contas referente ao exercício de 2008 sob o título “NOTAS EXPLICATIVAS “AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008”. Em anexo a este trabalho



18 – Conteúdos específicos por UJ ou grupos de unidades afins

B) Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Em atendimento às recomendações contidas na DN – TCU Nº 93 E 94, de 03 de Dezembro de 2008. Anexo II - Conteúdo Específico – B - Item 11. Apresentamos a seguir as atas de reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal da CEASAMINAS - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA – MG, referente ao exercício de 2008.



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

ATAS CONSELHO DE FISCAL



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO/2008



- **APRESENTAÇÃO**

A Diretoria Executiva das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A **CEASAMINAS**, cumprindo as determinações legais apresenta seu **Relatório de Gestão 2008**, elaborado em consonância com as determinações expressas no artigo 3º da instrução normativa TCU Nº 57, DE 27 DE AGOSTO DE 2008 e DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TCU, O presente documento retrata a apresentação da prestação de contas da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS (**CEASAMINAS**).

Em 2008 a Empresa passou por um período de ajuste orçamentário ao exercício anterior, principalmente, devido ao Acórdão 1035/05, do egrégio Tribunal de Contas da União – TCU. **A CEASAMINAS** teve frustradas várias de suas licitações para concessão do direito real de uso de suas áreas. No segundo semestre de 2008, a empresa intensificou e promoveu ajustes no sentido de melhorar o seu desempenho através da gestão por sistemas de pacotes PROMOVENDO melhorias de receitas e contenção de despesas ajustando ao orçamento de receita, custeio e investimentos programado no PDG 2008 (Programa de Dispendio Global).

A diretoria intensificou novos métodos de gestão com a contratação de consultoria especializada no sentido de melhorar o desempenho da Empresa; licitou e contratou empresa para edificação e reconstrução do pavilhão 6 com estruturas modernas que proporcionará maior desempenho funcional, levando a empresa Ceasaminas a diminuir os prejuízos financeiros, frutos do incêndio ocorrido no referido pavilhão em 2006 e com objetivo de retornar os lojistas que ocupam pavilhão 4, do GOVERNO DO ESTADO DE MG, desalojados devido ao incêndio. Juntos, estes fatos fizeram com que as receitas da empresa tivessem uma significativa redução, comprometendo o fluxo de caixa e, conseqüentemente, os investimentos programados para 2008. A reconstrução do Pavilhão 6 estava prevista utilizando recursos do seguro feito junto ao Unibanco, o que somente ocorreu no mês de dezembro 2007, no montante bruto de R\$ 1.041.315,88 (Um milhão, quarenta e um mil trezentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), líquido após impostos (IRPJ+CSSL) de R\$ 765.966,01 (setecentos e sessenta e cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e um centavo). Sendo o valor licitado de R\$3.378.884 para a



reconstrução do referido Pavilhão 6, superior o valor recebido da seguradora. A CEASAMINAS continua buscando judicialmente o ressarcimento da diferença, ou seja, o diferencial entre o valor real da reconstrução e o valor recebido.

Política de investimentos.

Mesmo diante desse cenário desfavorável E DA CRISE ECONOMICA, a atual Diretoria Executiva envidou esforços para retomar a expansão da empresa. Desenvolveu estudos e licitou novos procedimentos de embalagens de produtos hortigranjeiros, com a finalidade de implantar o BANCO DE CAIXAS de embalagens, caixas plásticas higienizadas, e a terceirização destes serviços, já contratada em 2008 que será implantada em 2009.

A RESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MLP. Em 2008 foram realizados investimentos nos MLP dos entrepostos proporcionando melhorias significativas ao seu funcionamento com recurso da ordem de R\$ 436, 863,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos e sessenta e três reais).

NAS UNIDADES DO INTERIOR, UBERLÂNDIA, GOVERNADOR VALADRES, CARATINGA, JUIZ DE FORA E BARBACENA foram investidos valores significativos proporcionando melhorias e modernização nos entrepostos,

AREA DE SEGURANÇA,

Foram feitos investimentos próprios e parcerias bastante significativos com Aceasa, em projetos de trânsito e segurança e execução com implantação de câmeras de segurança, construção de áreas de apoio e mão de obra especializada, contratação de segurança patrimonial visando dar maior segurança no entreposto.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Banco de Alimentos/Prodal UNIDADE CENTRAL, tendo como participantes o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a CONAB e COMERCIANTES DOS ENTREPOSTOS tendo como objetivo de combater o desperdício alimentar e integrando a empresa ao Programa de Combate a Fome e a Miséria do Governo Federal. A **CEASAMINAS** vem desenvolvendo em todas suas unidades o programa de distribuição de alimentos através do Banco de Alimentos implantado pela sua Diretoria. E Continua buscando junto ao MDS PARCERIA NO SENTIDO DE CONSTRUIR 03 NOVOS BANCOS DE ALIMENTOS EM SUAS UNIDADES DO INTERIOR, destacando a unidade de Uberlândia já OPERANDO EM LOCAL



CONTRATADO PELA CEASAMINAS E ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO ENTREPOSTO,

Em 2008 o PRODAL (Programa Banco de Alimentos da Ceasaminas, Unidade Contagem/MG), atendeu 19 MUNICIPIOS DA GRANDE BHTE, vinte e sete mil pessoas em 230 instituições conseguindo o recorde em doações com 1.060.238 kg de alimentos doados. Implantação do novo tele centro em parceria com o MDS. A Ceasaminas aderiu ao programa pro - equidade gênero da secretaria especial de políticas para as mulheres, adolescente aprendiz, pequeno jardineiro e escola cidadã atendendo a centenas de crianças nos entrepostos.

Obras de implantação da **Unidade de Conservação Ambiental da CEASAMINAS** foram reprogramadas para exercício de 2009 com futuras parcerias que estão sendo estudadas, nas quais será instalado um centro de educação ambiental e que proporcionará um espaço de formação, informação e lazer para toda a comunidade; a ampliação da sede da Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da **CEASAMINAS – ARBECE** foi reprogramada para 2008. A obra irá criar um espaço adequado para a realização de cursos, treinamentos, atividades de lazer e confraternização dos empregados da estatal; reforma da área da administração da Unidade de Contagem, melhorando as condições ambientais e ergonômicas, proporcionando melhores condições de trabalho a todos os empregados da administração daquela unidade e aos usuários do entreposto. Além destas, foram realizadas diversas obras para manutenção e melhoria das atividades da empresa. Investimentos: É mister frisar que os Investimentos no Ativo Imobilizado realizado pela empresa foram da ordem de **R\$ 827.263**. Receitas: Havia, inicialmente, previsão de Receita **R\$ 26.780,868. 00 (vinte e seis milhões setecentos oitenta mil e oitocentos e sessenta e oito reais)** em função da previsão de arrecadação com o Termo de Ajustes de Conduta (TAC), fato que não ocorreu devido a problemas burocráticos, e agravados pelas Licitações desertas das Lojas do Pavilhão G1 entre outras receitas não efetivadas, totalizou em **R\$ 25.446,297. 00 (vinte e cinco milhões quatrocentos e quarenta e seis mil e duzentos e noventa e sete reais)**. Ressaltamos que a receita bruta em 2008 obteve um aumento de 21,28% em relação a 2007, o orçamento de 2008 proporcionou um cumprimento de metas pré estabelecidas pela diretoria apresentando um lucro



líquido de 2.263.413, ou seja, 37,44% o mais comparado 2007, evidenciando um possível pagamento do PLR, no valor de R\$ 134.387,00 AOS FUNCIONARIOS DA EMPRESA CONFORME PRE REQUISITOS DO DEST, OU SEJA, TER ATINGIDO GRAU DE CUMPRIMENTO DE 89%, SUPERIOR AO GRAU MÍNIMO ESTABELECIDO PELO ÓRGÃO. EM 2008, O VALOR DOS DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS FOI DE R\$ 537.561.

O faturamento relativo ao TAC (TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA) atingiu montante significativo no desempenho orçamentário deste exercício. A diretoria tomou a iniciativa de adequar o orçamento geral à situação real da empresa, priorizando os investimentos que melhor atendesse seus objetivos, possibilitando a obtenção do Resultado líquido, após impostos (IRPJ+CSLL), superior em 35.8% ao ocorrido em 2007,

No exercício de 2008 a atual diretoria envidou esforços em acelerar os processos de regularização dos contratos relativos aos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), concluindo desta forma a regularização de todos os processos, fato que implicará no recebimento do total proposto até 2009.

UNIDADES DO INTERIOR: Vários projetos de pequeno e médio porte foram realizados nas unidades do interior, visando melhor racionalidade na operação das unidades, bem como, realizações na área social.

Orçamento Gerencial: A **CEASAMINAS** deu prosseguimento em 2008 à implantação de seu orçamento gerencial visando melhor gerenciamento da empresa. Ainda no sentido de melhorar o clima organizacional e as condições de trabalho e reter talentos, foi realizada uma pesquisa de mercado e formulada uma proposta de realinhamento salarial para as categorias de Auxiliares de Serviços Gerais – ASG – e Técnicos de Nível Médio – TNM, da empresa.

A Diretoria Executiva também aprovou uma proposta de modificação do organograma que será elaborado em 2009, tornando-o mais moderno, enxuto e adequado à sua atual estrutura e aos mais recentes conceitos da moderna Administração. Para melhor equipar seus empregados com ferramentas modernas e produtivas e assegurar informações gerenciais confiáveis e tempestivas que auxiliarão nas tomadas de decisão da Diretoria Executiva, a empresa iniciou em 2008 a implantação do seu Sistema Integrado de Gestão. Para dar suporte ao novo



sistema, também foram adquiridos e locados novos computadores e impressoras e outros equipamentos de informática necessários ao desempenho da empresa.

Em Dezembro de 2006 foi assinado um convênio entre o MDS e a **CEASAMINAS** para utilização do software de rede Gestão de Banco de Alimentos desenvolvido pela equipe técnica da **CEASAMINAS**.

A **CEASAMINAS** continuou no fortalecimento de sua imagem institucional, dando prioridade à divulgação dos programas e ações da empresa em 2008. Dentre os eventos realizados destacamos a criação de novos meios de comunicação com o público em geral. A empresa lançou o informativo e continuou dando ainda mais ênfase ao “**CEASAMINAS FAZ**”, o qual já se tornou o principal elo entre a Administração e o conjunto dos usuários da estatal. O site da empresa apresentou um aumento nos acessos, em relação ao ano anterior, reflexo do maior conhecimento do público alvo. A empresa passou a divulgar suas informações através de projetos e eventos culturais, ex: Nosso Canto, Ceasa Musical, este no MLP e apoio aos visitantes. Em 2008 a Ceasaminas recebeu inúmeros visitantes interessados em conhecer a empresa em seus mínimos detalhes.

“Importantes eventos foram realizados: Seminários sobre regularização de Tarifas” provenientes dos termos de ajuste de conduta (TAC) dando aos usuários lojistas, segurança em suas atividades.

Conclusão das obras do Banco de Alimentos, o qual representa importante ação social.

A **CEASAMINAS** esteve presente em diversos eventos: 97 eventos envolvendo diversos públicos, agroex, (agronegócio para exportação) amigos da Ceasaminas, seminário mineiro de embalagens para frutas e hortaliças e agoint entre outros

A Ceasaminas foi representada em Eventos importantes do setor nos encontros da ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento, em Julho, na cidade de Fortaleza, pelo Diretor Presidente Amarildo de Oliveira, em Dezembro de 2007, e em Brasília/DF, pelo atual Diretor Presidente João Alberto Paixão Lages.

A **CEASAMINAS** atuou fortemente no **PROHORT. - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro**, através de acordo com a **CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento e a ABRACEN**.

O **DETECWEB** - Sistema de Informações Técnicas e Econômicas criado pela Ceasaminas passou a ser adotado como modelo nacional para gerenciamento de



Informações em 54 Centrais de Abastecimento de 21 Estados da Federação. Encontra-se em andamento a parceria com o Estado do Espírito Santo/ES. A empresa firmou contrato de Cooperação Técnica para implantação do sistema de informações (SIM) para integração da cadeia de negócios do mercado composto de um circuito via internet interna. A Ceasaminas é uma referência das centrais em serviços de informação de mercado no BRASIL. A principal atividade do Agro-qualidade baseou-se nos seguintes programas:

Ceasaminas no Campo:

Sete Cursos foram ministrados pela equipe técnica da Ceasaminas nos barracões dos produtores em diversos municípios produtores de frutas e hortaliças.

Programa Barracão do Produtor:

Atualmente existem 28 unidades já instituídas, sob a coordenação técnica da **CEASAMINAS**, em 2007. Com resultado satisfatório e objetivo centrado em promover a capacitação gerencial, organizacional e operacional dos produtores e suas entidades.

Nos municípios produtores de Horticultura, do Estado de Minas Gerais, ações como o contrato de Cooperação Técnica com a Ceagesp que visa intercâmbio de informações relevantes entre as duas Centrais e adesão ao programa brasileiro para modernização da horticultura, divulgando e implantando as normas oficiais do MAPA.

Na área de segurança a empresa agiu ativamente. Foi criado o Plano de Segurança da **CEASAMINAS**, no qual foram previstas inúmeras ações visando melhorar as condições de segurança nos entrepostos da empresa, inclusive a elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio e o projeto de monitoração eletrônica que está sendo submetido à análise de sua viabilidade e que foi incluído no orçamento de investimento de 2008. Ainda visando à segurança e o bem estar dos seus usuários, foi efetivado convênio não oneroso com uma empresa de ônibus que disponibilizou um microônibus para o transporte gratuito de pessoas na área do entreposto de Contagem, proporcionando mais conforto aos cerca de 500 usuários que o utilizam diariamente.

A empresa deu continuidade às ações do seu **Planejamento Estratégico**, além de iniciar um processo de revisão do mesmo, visando adequá-lo às mudanças



estruturais e conjunturais e às novas perspectivas surgidas no último ano. Também foi dada continuidade aos programas sociais da CEASAMINAS, os quais atendem e beneficiam milhares de pessoas nos entorno de seus entrepostos, com destaque para o Programa de Distribuição de Alimentos em suas unidades, o Ps do Projeto Juventude Cidadã, com funcionamento no entreposto de Contagem, beneficiando cerca de 90 jovens da comunidade do entorno. A Juventude Cidadã é um projeto do Governo Federal destinado a qualificar jovens entre 16 e 24 anos de idade para o mercado de trabalho.

Área de Agro qualidade: O Programa Barracão do Produtor foi considerado apto a receber o TROFÉU CATEGORIA “OURO”, no primeiro lugar. Prêmio instituído pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte – COMUSANBH – Ciclo Maria Regina Nabuco.

Os itens acima relatados são alguns exemplos das diversas e inúmeras ações realizadas pela empresa em 2007.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas no exercício em tela, 2008 foi um ano de grandes realizações para a CEASAMINAS, frutos do empenho da atual Diretoria Executiva, sempre comprometida com a busca dos melhores resultados possíveis, com ética, com responsabilidade social e em conformidade com os princípios legais e do constante apoio do **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)**, órgão superior, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do empenho de todo o seu corpo funcional.

EM 2009 HÁ UMA PREVISÃO DE MELHORES RESULTADOS.

Contagem, 17 de março de 2008.



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS –
CEASAMINAS**

DIRETORIA EXECUTIVA:

JOÃO ALBERTO PAIXÃO LAGES

Diretor Presidente

MARCIO LUIZ DA SILVA CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

MARIA TERESA LARA

DIRETOR(A) TECNICO-OPERACIONAL



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

**Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento**





CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A CEASAMINAS

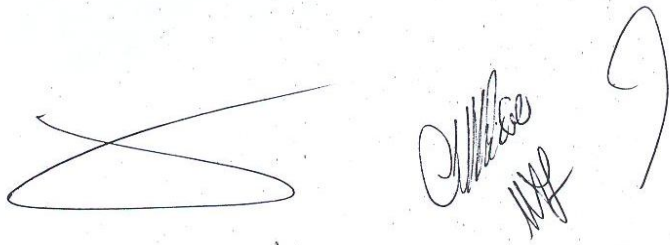
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**

CONTEÚDO

- 1 – Balanço Patrimonial Ativo/Passivo**
- 2 – Demonstração dos Resultados dos Exercícios**
- 3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
- 4 – Demonstração de Fluxo de Caixa**
- 5 – Composição Acionária**
- 6 - Notas Explicativas**
- 7- Parecer dos Auditores Independentes**
- 8 – Parecer do Conselho Fiscal**
- 9 – Notas Explicativas**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ 17.604.325/0001-04
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO
2007 EM REAIS

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2008	31/12/2007
Circulante		12.621.217	9.368.231
Disponibilidades Imediatas	4	605.896	433.050
Aplicações Financeiras	5	7.111.025	3.545.309
Contas a Receber de Clientes	29	3.292.131	2.864.509
Valores a Recuperar	31	210.925	1.343.473
Adiantamentos	32	195.835	177.165
Impostos e Encargos a Recuperar	33	52.441	91.618
Almoxarifados	34	276.496	165.689
Despesas Exercícios Seguintes	35	745.958	606.134
Despesas a Recuperar	6	130.510	139.284
Não Circulante		15.242.871	15.768.201
Realizável a Longo Prazo		2.933.672	3.424.068
Créditos em Cobrança Judicial	8	442.479	1.720.740
Créditos a Recuperar	9	1.819.344	1.066.487
Depósito e Ação Judicial	36	297.839	204.919
Direito de Uso a Realizar	10	374.010	431.922
		12.309.199	12.344.133
Investimentos	7a	303.671	303.671
Imobilizado Líquido	7b	12.004.503	11.970.308
Intangível	28	1.025	
Diferido			70.154
		27.864.088	25.134.432




Handwritten signature and initials, likely representing the company's legal representative, located below the balance sheet table.

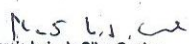


CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ 17.604.328/0001-04
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO
2007 EM REAIS

PASSIVO	Notas explicativas	31/12/2008	31/12/2007
Circulante		5.132.153	4.760.445
Fornecedores	37	1.832.104	1.748.983
Obrigações Tributárias e Previdenciárias	11	1.108.705	1.415.476
Salários, Provisões e Contribuições Sociais	30	1.104.295	897.685
Dividendos	16	537.570	391.141
Participações de Empregados	23	134.387	-
Outras Obrigações Contas a Pagar	12	415.092	297.160
Não Circulante		1.332.291	710.195
Provisão para Contingências	13	1.194.689	579.915
Credores por Caução	24	137.602	130.280
Patrimônio Líquido		21.399.644	19.673.792
Capital Social	14	18.150.573	18.150.573
Reserva de Capital	38	112.335	112.335
Reserva Legal	15	350.645	237.475
Reserva de Lucro p/ Expansão	17	2.786.091	1.173.409
		27.864.088	25.134.432

Contagem, 31 de Dezembro de 2008.


João Alberto Paixão Lages
Diretor Presidente


Marcio Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro


Maria Tereza Lara
Diretora Técnico Operacional


Náziro Varoto da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ 17.504.325/0001-04
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E 31 DE DEZEMBRO DE 2007 EM REAIS

	Notas explicativas	31/12/2008	31/12/2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		23.981.731	19.774.429
Serviços	41	23.981.731	19.774.429
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA		(1.733.608)	(1.421.876)
Imposto Faturado	42	(1.659.237)	(1.376.397)
Serviços Cancelados	42	(74.371)	(45.479)
LUCRO BRUTO		22.248.123	18.352.553
DESPESAS OPERACIONAIS		(18.376.634)	(16.360.536)
Pessoal	43	(7.842.718)	(6.717.324)
Encargos Sociais	44	(2.773.722)	(2.499.200)
Outros Proventos	19	(2.204.360)	(1.674.653)
Material de Consumo	45	(1.483.652)	(1.645.970)
Serviços e Seguros	18	(21.113.022)	(20.458.202)
Impostos e Taxas	21	(138.615)	(337.042)
Depreciação	40	(953.416)	(1.072.306)
Provisões Despesas Operacionais	22	(1.267.166)	(680.632)
Sub-total		(37.776.671)	(35.085.329)
Recuperação Despesas Comum	18	10.076.839	9.741.788
Recuperação de Despesas	18	8.090.278	8.769.109
Financeiras Líquidas	20	1.232.920	213.896
Sub-total		19.400.037	18.724.793
LUCRO OPERACIONAL		3.871.489	1.992.017
OUTRAS RECEITAS	26	182.642	1.113.761
OUTRAS DESPESAS	27	(137.272)	(247.032)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		3.916.859	2.858.746
(-) Contribuição Social		(419.102)	(337.432)
(-) Imposto de Renda		(1.099.957)	(874.424)
LUCRO APÓS IMPOSTOS		2.397.800	1.646.890
(-) Participações dos Empregados	23	(134.387)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.263.413	1.646.890
Lucro Líquido por ação do Capital Social no final do exercício		0,4512	0,3283

Contagem, 31 de Dezembro de 2008.

Jose Alberto Paixão Lage
Diretor Presidente

Maria Tereza Lara
Diretora Técnica Operacional

Marco Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro

Náziá Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG



Shirley
W.F.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MG S/A -
CEASAMINAS

	31-3399-
--	----------

TEL: 2289

DATA DA POSIÇÃO: 31/12/2008

[illegible]



								1,0
								1,0
								1,0
								1,0
								1,0
		4.994.632	18.072.031,11	-	-	21.701	78.520,53	6
		4.994.632	18.072.031,11	-	-	21.701	78.520,53	6

AUMENTO DE CAPITAL				
AUMENTO DE CAPITAL (*)				CAPITAL SOCIAL (final do exercício)
CORREÇÃO MONETÁRIA	RESERVAS	APLICAÇÃO DO TESOURO	OUTROS	
			325.031,93	18.150.573,35

III – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Nota nº. 01 – Contexto Operacional

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS, sociedade de economia mista, controlada pela União, tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. As demonstrações contábeis da empresa consolidam o movimento financeiro das unidades localizadas nos municípios de Barbacena, Uberlândia, Governador Valadares, Juiz de Fora, Caratinga e Contagem.

Nota nº. 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Com a promulgação da Lei 11.638/07 e a edição da Medida Provisória nº449/08, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei nº6.404/76 sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas.



Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Nota nº. 03 – Principais Práticas Contábeis

- a) As disponibilidades compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer tempo pela Sociedade. Essas aplicações são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o respectivo valor de mercado;
- b) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência;
- c) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado;
- d) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real trimestral à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social calculada à alíquota de 9%;
- e) As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) previsto pela Constituição Federal, e os respectivos encargos estão registrados em conta de provisão segundo o regime contábil da competência;
- f) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto.



g) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

Nota nº. 04 – Disponibilidade Imediata

Os saldos das Disponibilidades Imediatas estão representados pelos recursos no final dos exercícios após suas respectivas movimentações, como segue:

Descrição	2008	2007
Fundo Fixo	22.200	16.140
Numerário em Transito	83.904	40.698
Bancos Contas Movimento	499.792	376.212
Total	605.896	433.050

Nota nº. 05 – Aplicações Financeiras

O valor contábil líquido das aplicações financeiras da Sociedade aproxima-se do valor presente devido a seu vencimento no curto prazo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, como segue:

Descrição	2008	2007
Banco do Brasil S/A	5.071.331	2.570.442
Banco Itaú S/A	2.039.694	211.173
Banco HSBC S/A		763.694
Total	7.111.025	3.545.309

Nota nº. 06 - Despesas a Recuperar

As despesas a recuperar em 2008 e 2007, aproximam ao valor presente e refletem o saldo da Conta Gráfica que controlou as operações dos MLP's no exercício de



2005. Por ser de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, por força do Convênio nº. 1.1949, de 29/12/2004, celebrado entre a CEASAMINAS e a SEAPA - Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, o saldo atual é reflexo de transferência de longo prazo, para o curto prazo e tem a previsão de ser recebido durante o exercício fiscal de 2009.

Nota nº. 07 – Ativo Permanente

Em 2008 a entidade iniciou investimentos expressivos em ativo permanente, no final do exercício, representados por ativos de natureza tecnológica e empreendimento imobiliário, com a reconstrução do pavilhão 6, perdido em sinistro em 2006. Houve a mensuração e reconhecimento contábil do Pavilhão “T”, através de sua capacidade de gerar caixa em um período de 5 anos, a taxa de desconto de 5% a.a. sendo o mesmo construído com recursos de terceiros, em obediência a adoção das normas do IASB – International Financial Reporting Standards, e foi estabelecido o seguinte critério:

Fluxo de Caixa nº. 01

Descrição	M2	2008	2009	2010	2011	2012	Consolidado
Pav. “T”	2.65	252.15	265.06	278.638	292.90	307.901	1.396.666
	2	6	7		4		
VP		252.15	254.57	238.897	238.57	238.249	1.222.444
		6	0		2		

Tais fatores contribuíram com a migração das disponibilidades da empresa, os quais podem ser demonstrados da seguinte forma:

a) Investimentos

Os investimentos em ações de outras companhias estão registrados pelo custo de aquisição e podem ser demonstrados da seguinte forma:



Descrição	Bens Permanentes Valores Liquido	
	2008	2007
Participação Societária	292.171	292.171
Obras de Arte	11.500	11.500
TOTAIS	303.671	303.671

b) Imobilizado

O Imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das suas respectivas quotas de depreciações, calculadas pelo método linear com base nas taxas estipuladas pela legislação do Imposto de Renda. Por força do acordo Decreto nº. 40.963, de 22/03/2000, em seu Anexo 13, que regulamenta o parágrafo único do artigo 2º da Lei 12.422, de 27/12/1996, firmado entre a UNIÃO e o ESTADO DE MINAS GERAIS, o patrimônio de propriedade do Estado está inserido no total do grupo, segregado na conta denominada Bens do Estado de Minas Gerais, o que vem de encontro com o Art. 179 – IV da Lei 6.404.76, alterada pela Lei 11.638/07, e pode ser demonstrado, como segue:

Descrição	Bens do Imobilizado Valor Liquido		Taxa de
	2008	2007	Depreciação
Terrenos	635.851	635.851	0
Edificações	5.833.843	3.058.248	4%
Móveis e Utensílios	331.735	364.872	10%
Máquinas e Equipamentos	227.085	157.740	10%
Veículos	75.500	147.581	20%
Equipamentos de Informática	200.363	342.900	25%
Instalações	765.085	823.041	10%
Outros ^(*)	2.464.740	3.750.734	10%
Sub – Total	10.534.202	9.280.967	
Bens Estado de Minas Gerais	2.692.745	2.689.341	10% e 20%
TOTAL	13.226.947	11.970.308	



(*) A rubrica “Outros” comporta investimentos em ativos permanentes pendentes da conclusão dos serviços de engenharia pertinentes.

Nota nº. 08 - Créditos em Cobranças Judiciais

Os saldos líquidos, registrados no Não Circulante, grupo Ativo Realizável a Longo Prazo em 2008 e 2007, respectivamente, referem-se aos valores nominais das parcelas a receber de usuários inadimplentes em processo judicial de cobrança, compostos como segue:

Discrição	2008	2007
Créditos em Cobranças Judiciais	1.788.137	2.456.254
(-) Provisão para Credito Liquidação Duvidosa	(580.196)	(735.514)
(-) Seapa Conv. 1.2024/06 – Transferência	(765.462)	-
Total	442.479	1.720.740

Nota nº. 09 – Créditos a Recuperar

O saldo refere-se à depósitos resultantes de ações e recursos judiciais, movidas contra a Sociedade, por ex- funcionários de empresas terceirizadas contratadas por processo licitatório, que prestaram serviços às empresas licitadas, e a Ceasaminas responde solidariamente, trata-se de serviços de: Guarda e Vigilância e Manutenção e Conservação e Limpeza, e saldo residual de Convênio com o Estado de Minas Gerais nº. 1.2024/06, e estão compostos da seguinte forma:

Discrição	2008	2007
Coliseu Segurança Ltda	399.341	354.041
Orbe Administração e Serviços Ltda	252.930	246.320
Seapa – Conv. 1.1949/04	200.485	319.457
Seapa – Conv. 1.2024/06 - De Transferência	765.462	-
Outros	201.126	146.669
Total	1.819.344	1.066.487



Nota nº. 10 – Direito de Uso a Realizar

São decorrentes de haveres, em valores presentes por força de convênio, e amortizado ao longo do exercício de 2008, contabilizado no resultado, reconhecidos pelo Estado de Minas Gerais, conforme Termo de Quitação de Dívida relativo ao convênio nº. 1.1785/2000.

Nota nº. 11 – Obrigações Tributárias e Previdenciária

Descrição	2008	2007
ISS Retido na Fonte	24.053	7.936
COFINS a Recolher	170.451	166.274
PIS a Recolher	37.068	36.099
IRRF Retido na Fonte	97.831	69.484
CSLL/PIS Retido na Fonte	9.353	4.351
INSS/FGTS a Recolher	391.629	283.684
Sub-Total	730.385	567.828
IRPJ a Recolher	262.139	616.454
CSLL a Recolher	116.181	231.194
Sub-Total	378.320	847.648
Total	1.108.705	1.415.476

Nota nº. 12 – Outras Obrigações Contas a Pagar

Trata-se do reconhecimento de obrigações para com Terceiros (Associações), referente a valores retidos, e os concessionários/permissionários relativo a saldo da Conta Gráfica da RDC – Recuperação Despesas Comuns, recebido a maior em períodos anteriores e atual, como segue:

Descrição	2008	2007
Concessionários Permissionários	172.905	7.502
Créditos Terceiros – Associações	242.187	289.658
Total	415.092	297.160



Nota nº 13 – Provisão para Contingências

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, constitui provisão para contingências para as quais existem prováveis riscos de perdas. A Administração acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências.

Em 31 de dezembro, o saldo para contingências era composto como segue:

Descrição	2008	2007
Contingências Tributárias	388.735	339.715
Contingências Cíveis	500.000	-
Utilizações	(60.110)	
Contingências Trabalhistas	390.200	240.200
Utilizações	(24.136)	-
Total	1.194.689	579.915

Nota nº. 14 – Capital Social

O Capital Social realizado em 31 de dezembro de 2008 é de **R\$ 18.150.573** (dezoito milhões, cento e cinquenta mil, quinhentos e setenta e três reais), representados por **5.016.339** (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante à acionistas minoritários.

Nota nº. 15 – Reserva Legal

A reserva legal foi constituída a razão de 5% do lucro apurado no exercício, em atendimento ao disposto no Art. 26, do Estatuto da Companhia, totalizando o montante de **R\$ 112.216** (cento e doze mil, duzentos e dezesseis reais) sendo este acrescido ao saldo do exercício anterior, totalizando **R\$ 349.691** (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa reais) em 31 de dezembro de 2008.

Nota nº. 16 – Dividendos e Participações



A Sociedade promoveu em observância aos ditames do Art.26, de seu estatuto, a deliberação pela distribuição de Dividendos e Participações dos Empregados, que alcançaram a cifra, como segue:

Descrição	2008	2007
Dividendos Propostos	533.030	391.141
Participações dos Empregados	133.287	-
Variações Monetárias Pagas	-	42.573
Total	666.327	433.714

Nota nº. 17 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Representa o reflexo da contabilização em Edificações no Imobilizado demonstrado na Nota nº 07, Fluxo de Caixa nº 01, na forma da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

Nota nº. 18 – Recuperação de Despesas

Referem-se aos valores das despesas operacionais de uso comum e exclusivo dos usuários que foram reembolsados, tais como, energia elétrica, água, pessoal, manutenção, dentre outras, podendo ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2008	2007
Conta Serviços e Seguros	(21.113.022)	(20.458.202)
Valores Reembolsados	8.090.278	8.769.109
Total das Despesas	(13.022.744)	(11.689.093)
Demais Despesas Operacionais	(16.663.649)	(14.627.127)
Valores Reembolsados	10.076.839	9.741.788
Total das Despesas	(6.586.810)	(4.885.339)
Despesas da CEASAMINAS	19.609.554	16.574.432



Nota nº. 19 – Outros Proventos

Referem-se a despesas de pessoal, e pode ser demonstrado da seguinte forma:

Discrição	2008	2007
Vale Transporte/Alimentação	1.078.282	876.131
Treinamento	36.679	36.074
Remuneração de Conselheiros	122.678	89.602
Auxílio Estagiário	150.704	116.137
Demais Despesas	816.017	556.707
Total	2.204.360	1.674.653

Nota nº. 20 – Financeiras Líquidas

Descrição	2008	2007
Receitas Financeiras Aplicações	756.522	237.571
Receitas Variações Monetárias	191.542	110.493
Receitas Multas Contratuais	164.655	139.597
Outras Receitas Financeiras	183.022	120.888
Total de Receitas Financeiras	1.295.741	608.549
Despesas Financeiras		
Despesas Variações Monetárias	(49.818)	(81.928)
Despesa Bancaria	(4.268)	(11.224)
Despesa de Juros Passivos	(948)	(13.473)
Despesa com Títulos Incobráveis		(265.678)
Outras Despesas Financeiras	(7.787)	(22.350)
Total das Despesas Financeiras	(62.821)	(394.653)
Financeiras Líquidas	1.232.920	213.896

Nota nº. 21 – Reserva Retenção de Lucro para Expansão

Foi destinada a reconstrução do Pavilhão 6, incendiado em 2006. Conforme proposta aprovada pela Diretoria nos termos do artigo 192, da Lei 6.404/76, combinando com o disposto no artigo 4º do Decreto 2.673/98.

Nota nº. 22 – Outras Despesas Operacionais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.



Em 31 de dezembro, o saldo de provisão para contingências era composto como segue:

Descrição	2008	2007
Provisão p/Contingência Cíveis	500.000	-
Provisão p/Contingência Trabalhistas	150.000	132.863
Provisão p/Contingência Fiscais	49.020	162.953
Sob-Total	699.020	295.816
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	568.146	384.816
Total de Provisão	1.267.166	680.632

Nota nº. 23 – Participações dos Empregados

Refere-se a participações dos empregados da Sociedade e representa 25% dos dividendos aos acionistas com base em proposta de PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, previamente aprovada pelo DEST.

Nota nº. 24 – Credores por Caução

Em 31 de dezembro, os saldos de obrigações com Credores por Caução eram compostos, como segue:

Descrição	2008	2007
Credores Diversos	130.280	130.280
Pagamento Caução – AOCP – Assessoria	(2.743)	-
Correção Monetária	10.065	-
Total	137.602	130.290

Nota nº 25 – Privatização

A Empresa está incluída no PND – Programa Nacional de Desestatização - pelo Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, com vista à sua privatização.

Contagem, 31 de dezembro de 2008.

João Alberto Paixão Lages
Presidente

Márcio Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro

Maria Tereza Lara
Diretora Técnico Operacional

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS

1 - Examinamos os balanços patrimoniais das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das operações de fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) - O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 – Conforme Nota Explicativa nº 25, em obediência ao Programa Nacional de Desestatização, no qual a empresa foi incluída pelo Decreto 3.654/2000, as providências preliminares foram iniciadas pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, permanecendo até a data do balanço sem definição do processo.

4 – Em nossa opinião, exceto pelo contido no parágrafo 3º, e seus reflexos, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, levantadas em 31 de dezembro de 2008, e o resultado de suas operações,



referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

5 – Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer datado de 23 de abril de 2008 com as seguintes ressalvas:

- a) A CEASAMINAS ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem-MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal e contábil, assim como a contabilização dos Imóveis construídos no local pelos usuários. De acordo com a Administração da Sociedade, a apuração dos valores envolvidos, que deveriam estar refletidos no ativo imobilizado e no Patrimônio Líquido da Companhia dependem de ações da União Federal e do Estado de Minas Gerais com relação às áreas reservadas pelo Decreto Estadual nº 40.963 de 22 de março de 2000 a serem excluídas do processo de privatização.
- b) A Companhia está discutindo judicialmente diversas ações de solidariedades trabalhistas, fiscais e cíveis, que, segundo a sua Assessoria Jurídica, as perspectivas de desfechos são relevantemente favoráveis à CEASAMINAS, com previsão de solução em cerca de 15 anos. A Administração optou por iniciar a constituição de provisão que cumulativamente totaliza o valor de **R\$ 579.915,48** (quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e oito centavos), neste exercício.
- c) Em obediência ao Programa Nacional de Desestatização, no qual a empresa foi incluída pelo Decreto 3.654/2000, as providências preliminares foram iniciadas pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, permanecendo até a data do balanço sem definição do processo.



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2009.

ACE-AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG Nº 4.753

Dário Lúcio Pinto
Sócio Responsável
Contador-CRC-MG 36.375

Domingos França da Costa
Gerente Responsável
Contador-CRC-MG 52.326



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS

- 1 - Examinamos os balanços patrimoniais das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das operações de fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) - O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 - Conforme Nota Explicativa nº 7, a CEASAMINAS ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem - MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal e contábil, assim como a contabilização dos Imóveis construídos no local pelos usuários. De acordo com a Administração da Sociedade, a apuração dos valores envolvidos, que deveriam estar refletidos no ativo imobilizado e no Patrimônio Líquido da Companhia depende de ações da União Federal e do Estado de Minas Gerais com relação às áreas reservadas pelo Decreto Estadual nº 40.963 de 22 de março de 2000 a serem excluídas do processo de privatização.
- 4 - Conforme Nota Explicativa nº 25, em obediência ao Programa Nacional de Desestatização, no qual a empresa foi incluída pelo Decreto 3.654/2000, as providências preliminares foram iniciadas pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, permanecendo até a data do balanço sem definição do processo.
- 5 - Em nossa opinião, exceto pelo contido nos parágrafos 3º e 4º, e seus reflexos, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS, levantadas em 31 de dezembro de 2008, e o resultado de suas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.



6 - Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer datado de 23 de abril de 2008 com as seguintes resoluções:

- a) A CEASAMINAS ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem - MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal e contábil, assim como a contabilização dos imóveis construídos no local pelos usuários.
- b) A Companhia está discutindo judicialmente diversas ações de solidariedades trabalhistas, fiscais e cíveis, que, segundo a sua Assessoria Jurídica, as perspectivas de desfechos são relevantemente favoráveis à CEASAMINAS, com previsão de solução em cerca de 15 anos. A Administração optou por iniciar a constituição de provisão que cumulativamente totaliza o valor de R\$ 579.915,48 (quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e oito centavos), neste exercício.
- c) Em obediência ao Programa Nacional de Desestatização, no qual a empresa foi incluída pelo Decreto 3.654/2000, as providências preliminares foram iniciadas pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, permanecendo até a data do balanço sem definição do processo.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2009.

ACE-AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG Nº 4.753

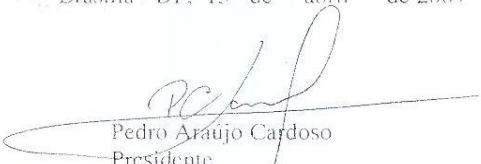

Domingos França da Costa
Sócio Responsável
Contador-CRC-MG 52.326





PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, após analisar novamente o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, bem como as Notas Explicativas e os Relatório de Gestão e da Administração atinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com as alterações recomendadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da referida documentação à Assembleia-Geral dos Acionistas por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa.

Brasília - DF, 15 de abril de 2009


Pedro Araújo Cardoso
Presidente
CPF: 591.965.998-04


Rogério Colombini de Moura Duarte
Conselheiro
CPF: 083.277.186-49


Romilda Maria de Fátima Resende
Conselheira
CPF: 235.554.321-68



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

**CEASAMINAS - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS
GERAIS - S.A**

DIRETORIA EXECUTIVA:

JOÃO ALBERTO PAIXÃO LAGES

DIRETOR PRESIDENTE

MARCIO LUIZ DA SILVA CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

MARIA TEREZA LARA

DIRETOR(A) TECNICO-OPERACIONAL



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

**Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento**

